

# Arqueologia & História

volume nº 60-61 | 2008-2009

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses



*Materials para  
um Livro Branco  
da Arqueologia  
Portuguesa*



# A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas<sup>1</sup>

Jacinta Bugalhão<sup>2</sup>

**In Memoriam**  
Nuno Caldeira  
(1975-2010)

O Nuno Caldeira foi um colega e amigo que partiu demasiado cedo. De entre os não arqueólogos talvez tenha sido ele quem mais participou nos desenvolvimentos recentes da Arqueologia Portuguesa. Desde Janeiro de 2000, que juntos muitas vezes “contámos” e “localizámos” e pensámos como “contar” e “localizar” melhor a Arqueologia. A saudade com que o recordo (com que o recordam todos os colegas) é indizível. Até sempre, Nuno!

<sup>1</sup> Artigo baseado na comunicação “Os desafios da Arqueologia nas ultimas décadas em Portugal e a resposta político-institucional”, apresentada nas 1.ª Jornadas de Arqueologia e Património da Associação dos Arqueólogos Portugueses “1807-2007, Duzentos anos de destruição e salvaguarda do património histórico nacional”, realizadas em Lisboa, a 25 e 26 de Outubro de 2007.

<sup>2</sup> Arqueóloga. Sócia da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Técnica superior do IPPC, IPPAR, IPA e IGESPAR, actualmente ao serviço da Câmara Municipal de Cascais.

Em Outubro de 1997, a direcção do então Instituto Português de Arqueologia (João Zilhão e António Monge Soares) convidou-me para chefiar a Divisão de Inventário daquele recém-criado organismo. Foi com algum receio que aceitei a tarefa, pois a minha anterior experiência profissional de 8 anos tinha sido quase exclusivamente dedicada à arqueologia de campo, em intervenções quase sempre de natureza preventiva (prospecções, escavações de diagnóstico ou de minimização, salvamentos), com algumas excepções na área de investigação (no âmbito da elaboração da minha dissertação de mestrado), valorização (no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correios – BCP, em Lisboa) e gestão (no âmbito das atribuições do Departamento de Arqueologia do IPPC/PPAR). Naquela época o Inventário assumia para mim uma função quase supletiva, relacionada com as fichas e mapas manuais que alguns anos antes Teresa Marques me tinha mostrado e que em 1997 eu sabia já terem sido vertidas para um formato digital. Confesso, não sem algum embaraço, que não atribua grande relevância àquele sector da gestão arqueológica. Não era essa a percepção da direcção do IPA! Como me explicaram, o Inventário (a par da manutenção do Arquivo Histórico da Arqueologia Portuguesa), assumia um carácter absolutamente estratégico no modelo de gestão preconizado pelo novo Instituto (Instituto, 1997), fortemente marcado pelas orientações da arqueologia preventiva expressas na convenção de Malta<sup>3</sup>. Aliás, a perspectiva da arqueologia preventiva era dominante em toda a filosofia que norteava este organismo (bem como na legislação implementada entre 1997 e 2002, nomeadamente a revisão do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos – RTA, a criação das carreiras específicas na área da Arqueologia, a nova Lei das Bases do Património Cultural), que preconizava não ser possível uma gestão arqueológica consequente sem um conhecimento exaustivo da paisagem arqueológica nacional, acessível à comunidade científica e à sociedade civil através de interfaces eficazes. O IPA tinha como competência

<sup>3</sup> Resolução da Assembleia da República n.º 71/1997 de 16 de Dezembro — Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico (Revista) — Convenção de Malta.

a “detecção, preservação e gestão de vestígios arqueológicos”<sup>4</sup>, e para tal obrigou-se a “constituir, gerir e actualizar um sistema de informação arqueológica (carta arqueológica de Portugal) que funcione como base de dados georeferenciada do património arqueológico nacional e instrumento de planeamento ao serviço da sociedade civil e dos restantes organismos da Administração Pública”<sup>5</sup>. Neste contexto, o inventário assumia um papel instrumental preponderante na tarefa de gestão desenvolvida pelo IPA.

Assim entre 1997 e 2003, assumi a coordenação da Divisão de Inventário, cuja principal função era a implementação do sistema de gestão e informação arqueológica, *Endovéllico*, criado em 1995 no Departamento de Arqueologia do IPPAR (Marques e Costa, 1997 e demais bibliografia citada). Eu e a jovem equipa que foi possível formar procedemos à inserção e correcção sistemáticas da informação constante no sistema (sitios, actividade arqueológica, etc) com base na informação disponível no Arquivo da Arqueologia Portuguesa, a actualização permanente da informação com base na gestão quotidiana da actividade arqueológica desenvolvida pelo IPA (autorizações, apreciações de relatórios, etc), à georeferenciação sistemática de sitios em SIG e à disponibilização de conteúdos *on line*, etc (Bugalhão et al, 2002, Bugalhão, 2002a e Bugalhão e Lucena, 2006<sup>6</sup>).

Desta forma, não só alterei rápida e drasticamente a opinião imatura que tinha sobre a relevância do Inventário para a gestão do património e actividade arqueológica, como tive a oportunidade e o privilégio de acompanhar em primeira mão e de um “ponto de observação” único, a grande mudança ocorrida na Arqueologia nacional a partir da criação do IPA. Esta mudança foi rápida, bastante radical e perceptível para todos os que participavam de uma forma atenta no processo.

Contudo, fui verificando que para alguns arqueólogos e mesmo alguns dos vultos da

<sup>4</sup> Lei Orgânica do IPA: Decreto-Lei n. 117/97, de 14 de Maio; alínea a), do n.º 1, do Artigo 2.º.

<sup>5</sup> *Idem*, n.º 1 do Artigo 14.º.

<sup>6</sup> Mais tarde estes trabalhos foram continuados em NETO et al, 2007.

Arqueologia nacional, *opinion makers* do sector, esta mudança não era percebida (Silva, 2000: 24), talvez por permanecerem de alguma maneira acantonados nos seus cargos e funções, na Universidade, na Administração Pública Central ou algumas autarquias, com pouco contacto com a arqueologia real emergente. Com alguma frequência ouvia ou lia afirmações e opiniões com muito pouca relação com a realidade recente, relativamente ao número de arqueólogos profissionais e forma como desempenhavam a sua actividade profissional, quem financiava a actividade arqueológica, como e em que quantidade era produzida informação arqueológica, etc. Por outro lado verifiquei que a classe arqueológica mais jovem, muito presente no trabalho efectivo, estava na maior parte dos casos um pouco alienada da realidade que a rodeava e que estava activamente a alterar, manifestando desinteresse ou pouco espírito crítico sobre o processo de mudança em que participava, as condições de desempenho da profissão ou sobre as condições e processo de criação da informação arqueológica (Bugalhão, 2002: 47; Silva, 2003a: 21; Silva, 2008: 15). Manifestações próprias da crise de crescimento, talvez.

A partir destas constatações, fui amadurecendo a vontade de aprofundar um pouco mais o conhecimento sobre a mudança e explorar as suas razões imediatas e estruturais, aliás partilhada por outros colegas (Silva, 2007: 13; Silva, 2008a: 18). Assim nasceu o interesse neste trabalho que foi sendo adiado por falta de tempo, até ao convite da Associação dos Arqueólogos Portugueses para participar nas suas 1<sup>as</sup> Jornadas de Arqueologia e Património “1807-2007, Duzentos anos de destruição e salvaguarda do património histórico nacional”, em Outubro de 2007. Nesse primeiro momento, foram analisados os diversos indicadores, para os anos de 1986, 1996<sup>7</sup> e 2006, com o objectivo de caracterizar a realidade dos anos 80, dos anos 90 (antes da

<sup>7</sup> Para os anos de 1986 e 1996, foram utilizados os dados contidos na base de dados desenvolvida e utilizada pelo secretariado da direcção do Departamento de Arqueologia do IPPAR, sob orientação do seu Director, Fernando Real, para gestão da actividade arqueológica. Estes dados foram integrados no *Endovélico*, sob a forma de informação técnica, mas a consulta desta base de dados (File Maker, posteriormente migrada para Microsoft Access), continua a ser útil, quando complementada com a consulta do *Endovélico*.

criação do IPA, que alguns analistas consideravam um momento de mudança), e da primeira década do século XXI, quase 10 anos após a criação do IPA.

Os dados contidos naquela primeira apresentação pública suscitaram grande interesse junto de muitos daqueles que reflectem criticamente sobre a realidade na nossa profissão. Assim, para além de eu própria os utilizar em várias apresentações públicas em diversos contextos, estes dados foram disponibilizados a todos os colegas que mostraram interesse em utilizá-los, quer em apresentações, quer em publicações (destaco a título de exemplo Miguel Almeida, Alexandra Estorninho, João Muralha, João Pedro Ribeiro, António Carvalho, Carlos Fabião, António Carlos Silva e Luis Raposo). Obviamente, as conclusões de cada um destes colegas sobre os mesmos dados não são necessariamente unívocas, o que só aumenta o seu interesse.

Os dados foram actualizados para publicação, anualmente (de 2007 a 2009 ou a 2010, em alguns casos). Alguns indicadores, como sítios arqueológicos constantes no *Endovélico*, intervenções arqueológicas por ano, empresas de arqueologia, relatórios técnico-científicos entregues, participações em processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e de elaboração de Instrumentos de Gestão e Ordenamento de Território (IGOT), são tratados a partir de séries anuais mais detalhadas.

Os dados apresentados não devem ser assumidos como absolutos, mas como aproximações indicativas e fundamentadas à realidade. Em primeiro lugar porque existem muitos problemas e questões na informação de base. Os dados foram recolhidos essencialmente a partir do *Endovélico*. Contudo, aquele sistema não está preparado para fornecer informação estatística, nem regista directamente grande parte da informação aqui tratada<sup>8</sup>, o que obriga a cruzamentos complexos de informação e algumas operações de projecção e estimativa cujo grau de erro não tenho competência para determinar de forma exacta.

<sup>8</sup> De referir que o sistema *Endovélico* não é alvo de qualquer adaptação às novas exigências, em termos de arquitectura, concepção, funcionamento e manual de procedimentos desde 2004. Ou seja, a realidade muda, as necessidades e exigências alteram-se, mas o sistema de informação e gestão está cristalizado, por falta de investimento e/ou de visão dos organismos que o tutelam.

Por outro lado, a fiabilidade da informação contida no *Endovéllico* depende da sistematização e coerência dos procedimentos de carregamento da informação. Com a criação do IGESPAR, IP, foi inserida alguma instabilidade nos procedimentos internos de actualização da informação, que dependem de aspectos tão mezinhos como o registo de entradas e saídas, a abertura de novos processos, a racionalidade e grau de organização do Arquivo da Arqueologia Portuguesa, a disciplina dos técnicos na actualização da informação e a responsabilização de todos os arqueólogos na entrega da informação devidamente formatada para a actualização do sistema. Concluindo, são múltiplos e complexos os factores que condicionam a qualidade da informação disponível, como é escassa a minha preparação técnica para os abordar. Como forma de colmatar estas limitações, será conferida alguma relevância aos metadados; por outro lado, ofereço o meu compromisso de esforço e honestidade intelectual. Os dados aqui apresentados são tão fiáveis quanto a informação de base o permitir e a minha capacidade e conhecimento da Arqueologia nacional alcançarem. Globalmente, este trabalho continua a ser

métodos e técnicas próprios da arqueologia, independentemente de se revestirem ou não de natureza intrusiva e perturbadora, nomeadamente prospecções, acções de registo, levantamentos, estudos de espólios de trabalhos antigos guardados em depósitos, sondagens e escavações arqueológicas, acções de conservação ou de valorização em sítios arqueológicos”<sup>9</sup>. Salienta-se que neste trabalho foram apenas analisados os trabalhos arqueológicos em meio terrestre, excluindo-se assim toda a escassa actividade arqueológica subaquática.

Foram analisadas num primeiro momento o número autorizações concedidas pelos organismos de Tutela (IPPC, IPPAR, IPA e IGESPAR) para realização de trabalhos arqueológicos<sup>10</sup>. Nos anos 80 do século XX, vinha-se sentindo uma tendência de crescimento ligeiro das intervenções arqueológicas realizadas em Portugal (Real, 1995: 37). Na primeira metade dos anos 90, pode verificar-se alguma estabilidade nos valores deste indicador. A partir de 1997, instala-se uma tendência de crescimento óbvia (Lago, 2000: 18 e ss.; Silva, 2000: 23; Carneiro, 2003: 116; Silva, 2003a: 21; Lagos, 2003: 96; Carneiro, 2003, Lemos, 2007: 107; Almeida, 2007a: 135),

**Gráfico 1 - Autorizações para Trabalhos Arqueológicos**



apenas um esboço que carece de desenvolvimento e aprofundamento futuro.

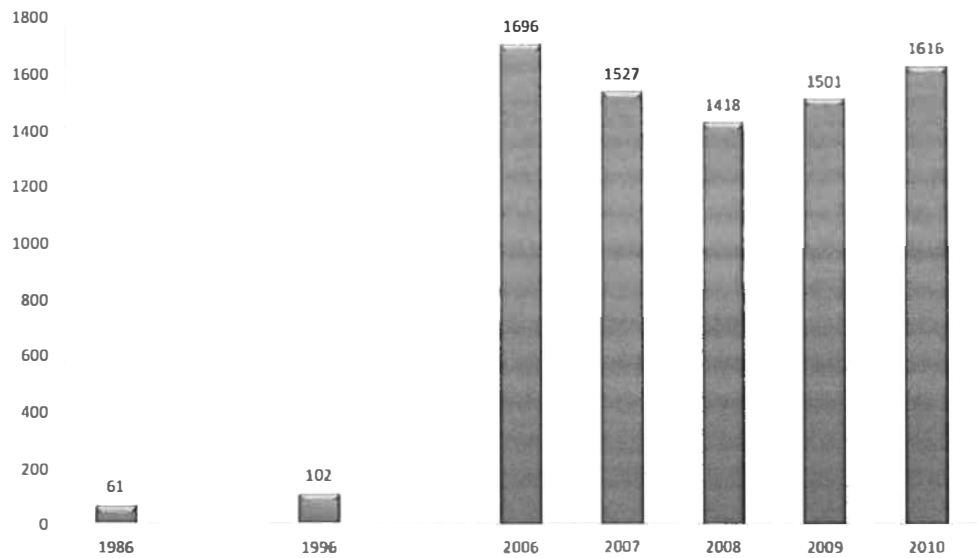
### Actividade Arqueológica

O principal objecto deste trabalho é a actividade arqueológica, ou seja, os trabalhos arqueológicos, na acepção contida no RTA: “todas as acções que visem a detecção, o estudo, a salvaguarda e valorização de bens do património arqueológico usando

<sup>9</sup> Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho com as alterações introduzidas pelo Decreto -Lei n.º 287/2000, de 10 de Novembro.

<sup>10</sup> Metadados: entre 1985 e 1996 utilizaram-se os dados constantes na base de dados do Departamento de Arqueologia do IPPC/IPPAR já referida aos quais foram adicionadas informações do *Endovéllico*. Entre 1997 e 2002 os dados relativos às autorizações foram recolhidos em listagens produzidas a partir da consulta sistemática e exaustiva da documentação do Arquivo da Arqueologia Portuguesa. A partir de 2003, a informação decorre da consulta directa do *Endovéllico* que desde 2002 possui um formulário próprio para registar as “autorizações”. O valor de 2010 está decerto incompleto, pois foi recolhido em 30 de Dezembro de 2010, data em que não estão inseridas no sistema todas as autorizações concedidas no ano.

Gráfico 2 - Relatórios Técnico-Científicos entregues



apenas com a excepção do ano de 2008, que registou menos autorizações do que os dois anos anteriores. Parece contudo ser uma ocorrência pontual, pois em 2009, o valor volta a ser consentâneo com um crescimento sustentado.

A actividade arqueológica, do ponto de vista da sua gestão, gera informação arqueológica expressa em vários suportes e mensurável através de indicadores variados. Refira-se a título de exemplo o volume da documentação que integra o Arquivo da Arqueologia Portuguesa. De valores que atingiam no máximo as duas dezenas de novos processos abertos por ano antes de 1997, evoluiu-se rapidamente para cerca de 800 novos processo anos desde 2000. Os relatórios técnico-científicos entregues pelos arqueólogos ao abrigo do RTA<sup>11</sup> são actualmente em número muito superior. Refira-se que os dados para os anos de 2006 a 2010 incluem para além dos relatórios finais, relatórios de progresso e preliminares que se tornaram muito comuns atendendo às especificidades da actividade arqueológica preventiva. Assim para um só trabalho arqueológico podem ser produzidos vários relatórios, situação inexistente antes de 1997.

<sup>11</sup> Metadados: valores recolhidos no *Endovélico*, que possui um formulário próprio para registar os relatórios que dão entrada no Arquivo da Arqueologia Portuguesa.

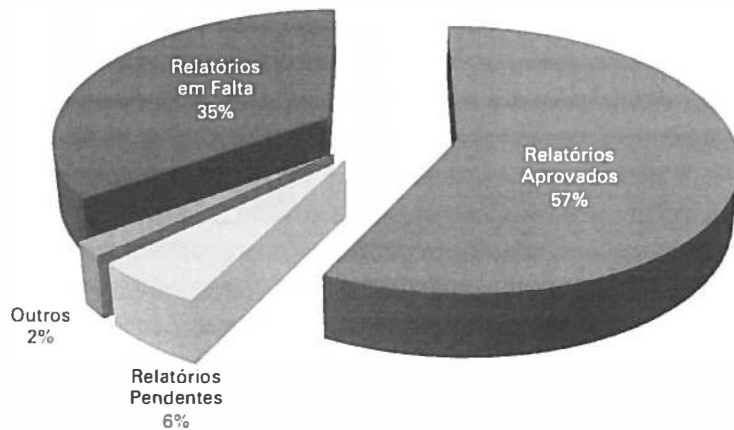
A questão dos “relatórios em atraso” caiu em “relativo” esquecimento. Gostaria de pensar que tal se deve ao facto deste fenómeno ter menos expressão hoje que em fases anteriores (Silva, 1998: 16), ainda que relatório entregue e aprovado sejam de facto realidades diferentes. Desde criação do IPA (e admito que anteriormente algo semelhante tivesse ocorrido) em diversos momentos, a tutela tomou iniciativas no sentido de motivar a classe arqueológica para a regularização na entrega de relatórios “em atraso” (em 1997, 2003 e 2010 de forma sistemática). Actualmente a entrega do relatório é condição comum para o pagamento do trabalho, daí ser expectável que a não entrega de relatórios fosse uma situação mais residual. Contudo, e como os números de autorizações concedidas e de relatórios entregues deixam antever, continuam a persistir situações em que os arqueólogos são autorizados a realizar um trabalho arqueológico que efectivamente concretizam e não procedem à consequente e legalmente obrigatória entrega de relatório técnico-científico. Não sendo este o tema do presente trabalho, não vou desenvolver o assunto que não aprofundei, mas referir apenas que das aproximadamente 8000 autorizações concedidas entre 2003 e 2008, em cerca de 35% dos casos não foi entregue qualquer relatório! É possível que este valor esteja

um pouco inflacionado devido a lapsos ou atrasos na actualização da informação no sistema. Mas não nos iludamos: a situação é gravíssima!

Esta situação requer um esforço conjunto entre os arqueólogos, empresas de arqueologia, organizações representantes, associações e Tutela, no sen-

é essencial que esta informação seja revertida para um sistema de informação acessível à sociedade em geral e que os relatórios produzidos estejam disponíveis para consulta, guardados os devidos direitos de autor (Silva, 2008: 18). Só desta forma, a investigação subsequente poderá contar com

**Gráfico 3 - Relatórios Técnico-Científicos 2003-2008**



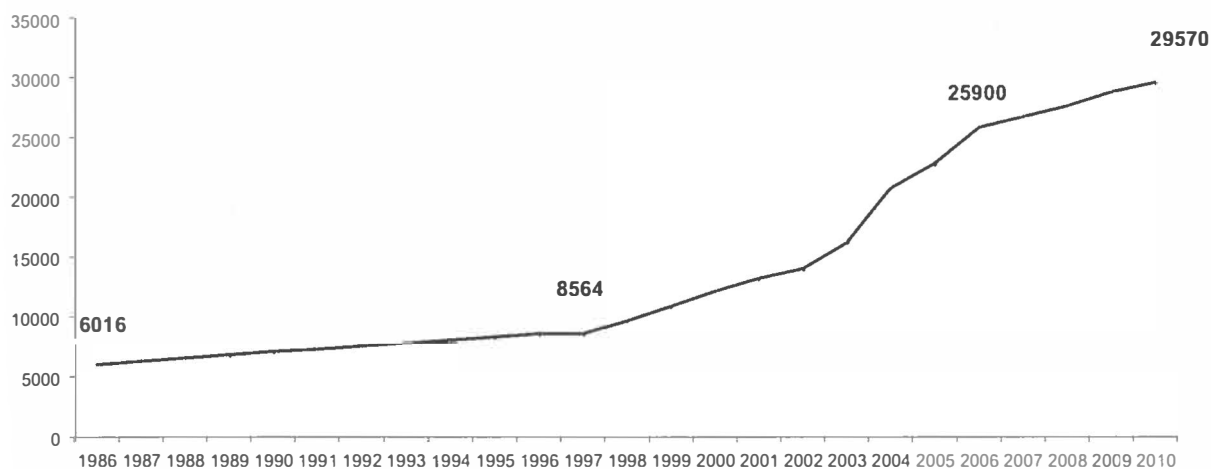
tido de uma maior exigência colectiva. A evolução recente na forma de exercício profissional tem levado a uma desresponsabilização dos arqueólogos (Silva, 2008: 18) e da figura do "responsável" científico, que não foi compensada de forma alguma.

Não posso deixar de usar esta oportunidade para exprimir a minha opinião sobre este assunto. Não queria assumir aqui uma posição demasiadamente policial e admito que muitas vezes é difícil para os arqueólogos cumprirem os prazos. O que não é admissível é que haja arqueólogos que achem à partida que entregar relatórios é apenas um *pro forma*. O pedido de autorização e a entrega de relatório ao Estado são actos que em primeiro lugar significam que nós, os arqueólogos, trabalhamos sobre um bem comum, sobre Património. Como tal, para além de necessarmos de habilitação própria, temos que "dar contas" ao colectivo, do que fazemos. Por outro lado, e não menos importante, estes actos permitem de facto, que a informação básica recolhida e produzida no decurso de um trabalho arqueológico (intrusivo ou não), logo num primeiro momento, reverta para benefício público. Por isso

"toda" a informação anteriormente produzida e a salvaguarda patrimonial é possível, num tempo em que as intervenções sobre o território são tão frequentes e violentas. Por isso não entregar relatórios de um trabalho arqueológico realizado é guardar para nós o que não nos pertence e não cumprir o mínimo dos mínimos das nossas obrigações deontológicas e sociais. Mas mais importante ainda, o objectivo primeiro de qualquer intervenção arqueológica é a produção de informação histórica e a sua transposição para o conhecimento comum. O relatório técnico-científico de uma intervenção arqueológica é apenas o primeiro momento desta longa e complexa corrente de transmissão. Um trabalho arqueológico sem relatório distingue-se pouco de um acto de vandalismo realizado ao abrigo e por imposição da Lei.

Não vou abordar aqui a questão das intervenções arqueológicas "clandestinas", ou seja, trabalhos realizados sob a direcção de arqueólogos sem que seja solicitada e/ou obtida a devida autorização da Tutela. Penso que de facto, actualmente, são situações muito pontuais e acrescento que, na minha

Gráfico 4 - Sítios Arqueológicos Inventariados



humilde opinião deviam ser consideradas legalmente como “crime de destruição de vestígios” e punidas de acordo com o disposto no Artigo 103.º da Lei n.º 107/ 2001, de 8 de Setembro, “com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa até 360 dias”.

Voltando ao que realmente interessa, o aumento da actividade arqueológica gera principalmente um maior conhecimento do território e paisagem arqueológica, ou seja, produz dados para a Carta Arqueológica. Assim, verifica-se uma evolução muito significativa no número de sítios arqueológicos constantes no *Endovélico*, valor que constituiu uma aproximação ao número de sítios arqueológicos conhecidos<sup>12</sup>.

Com o aumento da actividade arqueológica preventiva a partir de 1997, aumentou proporcionalmente o número de sítios arqueológicos inventariados. Em 2004, observa-se um impulso aparente gerado pela introdução dos dados relativos à arqueologia subaquática. Desde 2006, o número de sítios inventariados regista um crescimento um

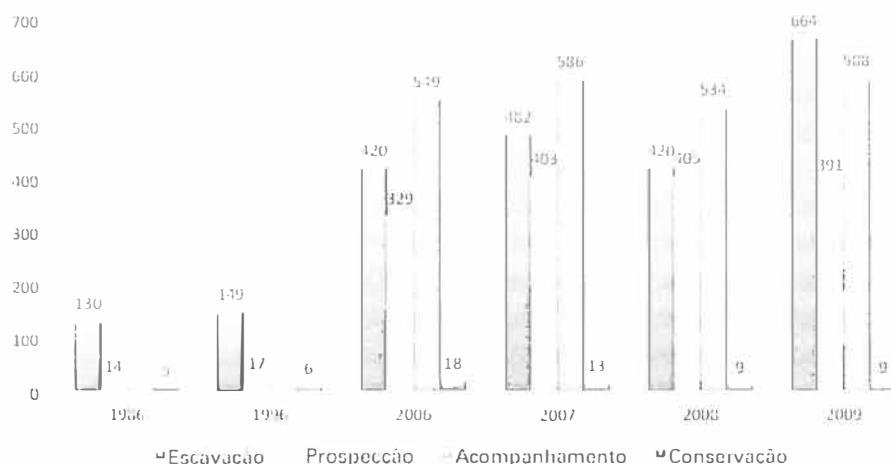
pouco mais lento que poderá relacionar-se com a diminuição drástica da equipa que assegura o inventário (a equipa chegou a ter 7 elementos e conta agora apenas com 3 técnicos), que poderá motivar atrasos ou lapsos na inserção da informação gerada pela actividade arqueológica, nomeadamente no que se refere aos trabalhos de prospecção e levantamento.

As intervenções arqueológicas realizadas referem-se obviamente a diversos tipos de trabalho<sup>13</sup>. Quando analisada sob esta perspectiva, verifica-se que a actividade arqueológica também sofreu uma evolução significativa no período em estudo. Até 1996, as escavações arqueológicas representavam quase 90% do total, coexistindo com valores relativos reduzidos de prospecções e acções de conservação e restauro. A partir de 1997, vai-se consolidando uma tendência, perfeitamente estabilizada em meados da primeira década do século XXI, na qual os trabalhos de escavação/sondagem por um lado e os trabalhos de acompanhamento arqueológico de obra por outro, representam entre 30 e 40%; os trabalhos de prospecção/levantamento arqueológico representam cerca de 25%; os trabalhos de conservação e restauro de estruturas e sítios arqueológicos representam no máximo 1% do total da actividade. O crescimento exponencial das intervenções de prospecção e acompanhamento relacionam-se mais uma vez com a adopção de procedimentos

<sup>12</sup> Metadados: os valores correspondentes aos sítios arqueológicos inventariados entre 1986 e 1996 foram estimados a partir de diversas fontes de informação: as fichas de inventário manuais (que possuíam um campo para a data de criação), a bibliografia (Real, 1995: 27; ver outras referências em Bugalhão e Lucena, 2006), os livros de registo do Código Nacional de Sítio, etc. A partir de 1997, os valores de cada ano correspondem aos sítios arqueológicos inventariados no dia 31 de Dezembro de cada ano. Em 2004, foram inseridos no *Endovélico* os cerca de 1500 sítios e achados arqueológicos subaquáticos inventariados pelo Centro Nacional de Arqueologia Subaquática (que representam em 2010 exactamente 1595 sítios e achados).

<sup>13</sup> Metadados: ver nota 10.

**Gráfico 5 - Trabalhos Arqueológicos - Tipo**

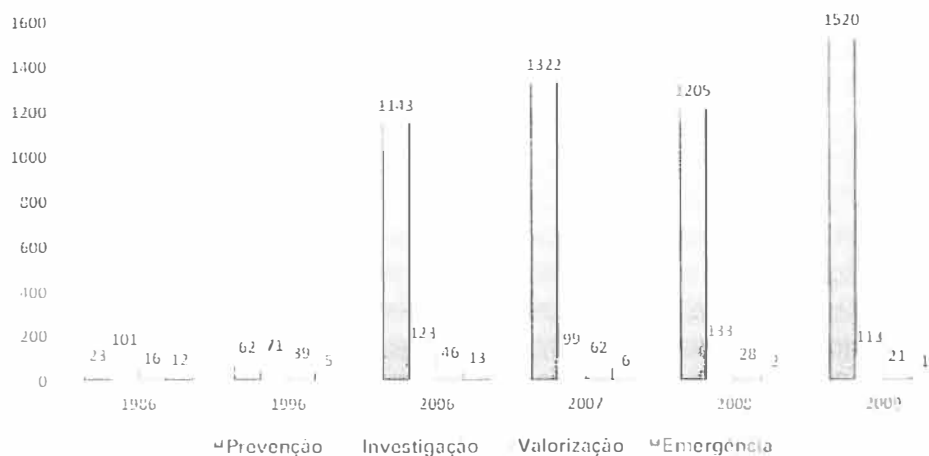


próprios da Arqueologia Preventiva.

Aliás o “acompanhamento arqueológico” de obra é um tipo de intervenção inexistente antes de 1997 que tem muitas vezes a injusta fama de ter pouca utilidade. Os resultados obtidos quer em ambiente urbano, quer em ambiente rural comprovam que um acompanhamento arqueológico, quando criteriosamente direccionado e executado, pode

No que se refere à natureza dos trabalhos arqueológicos realizados e recorrendo às Categorias de Trabalhos Arqueológicos definidas também no RTA<sup>14</sup>, no período em análise observam-se mais uma vez duas realidades completamente distintas: antes e depois da criação do IPA, em 1997<sup>15</sup>. Nos anos 80, grande parte da actividade arqueológica nacional (entre 70 e 80%) decorria no âmbito de

**Gráfico 6 - Trabalhos Arqueológicos - Categoria**



revelar vestígios arqueológicos não reconhecíveis em prospecção de superfície. Em cidade, o acompanhamento de obras têm-se revelado plenamente justificado pelas ocorrências que têm permitido identificar e salvaguardar, funcionando como método de sondagem e prospecção em áreas urbanas muito alargadas. Trata-se assim de um tipo de trabalho reabilitado pela prática da arqueologia preventiva.

projectos de investigação mais ou menos formalizados, apresentando as restantes categorias valores

<sup>14</sup> Categoria A - investigação programada integrada em projectos de investigação; Categoria B - estudo e valorização de sítios arqueológicos integrados em projectos de valorização; Categoria C - acções preventivas no âmbito de trabalhos de minimização de impactes devidos a empreendimentos públicos ou privados, em meio rural ou urbano; Categoria D - acções de emergência em sítios arqueológicos que se encontrem em perigo iminente de destruição parcial ou total (Cfr. Artigo 3.º).

<sup>15</sup> Metadados: ver nota 10.

absolutos e percentuais bastante modestos. Nos anos 90, verifica-se uma tendência crescente de inversão desta realidade, suportada essencialmente com o crescimento progressivo das intervenções preventivas. Esta tendência instala-se completamente no século XXI, passando as intervenções de “categoria C” a representar cerca de 90% do trabalho desenvolvido.

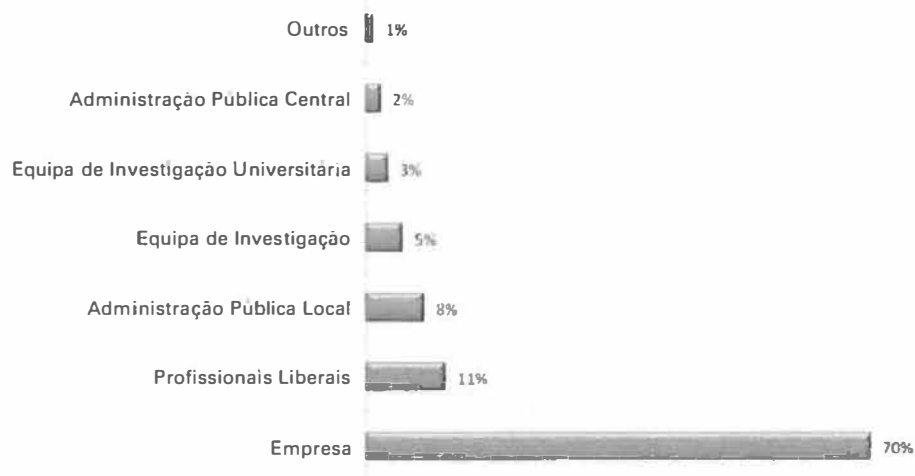
No que se refere aos trabalhos enquadrados em projectos de investigação, verifica-se uma estabilidade quase linear de valores desde 1985 até à actualidade. No entanto, esta categoria de trabalhos merecia uma análise mais detalhada, nomeadamente no que se refere ao período entre

da Arqueologia Preventiva na gestão arqueológica.

Quanto ao enquadramento destas intervenções arqueológicas<sup>17</sup>, até meados dos anos 90, a esmagadora maioria das intervenções era promovida por equipas de investigação com maior ou menor enquadramento institucional. A restante actividade era promovida pela administração pública central e local. Com a criação do IPA e as alterações já referidas, este panorama muda drástica e rapidamente, passando as empresas de arqueologia e os profissionais liberais a enquadrar/promover mais de 80% das intervenções realizadas (Lago, 2003: 103).

Relativamente à distribuição territorial da actividade arqueológica (pelas 5 regiões NUT's II)<sup>18</sup>, veri-

**Gráfico 7 - Enquadramento das intervenções arqueológicas 2006 - 2009**



1998 e 2005, quando decorreram grande parte dos projectos aprovados e financiados no âmbito do Plano Nacional dos Trabalhos Arqueológicos<sup>16</sup>. Relativamente às acções de valorização, verifica-se algum crescimento no período em estudo (pelo menos até 2007). Contudo, a partir de 1997, esta categoria assume valores percentuais cada progressivamente mais modestos (entre 5 e 1%). Finalmente, as intervenções de emergência registam uma tendência de diminuição e até desaparecimento, como resultado da implantação

<sup>16</sup> Enquadrados pelo Regulamento do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (regulamento interno do IPA, 1998) e posteriormente pelo Regulamento de Financiamento do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, Despacho Normativo n.º 18-A/2003, de 7 de Maio.

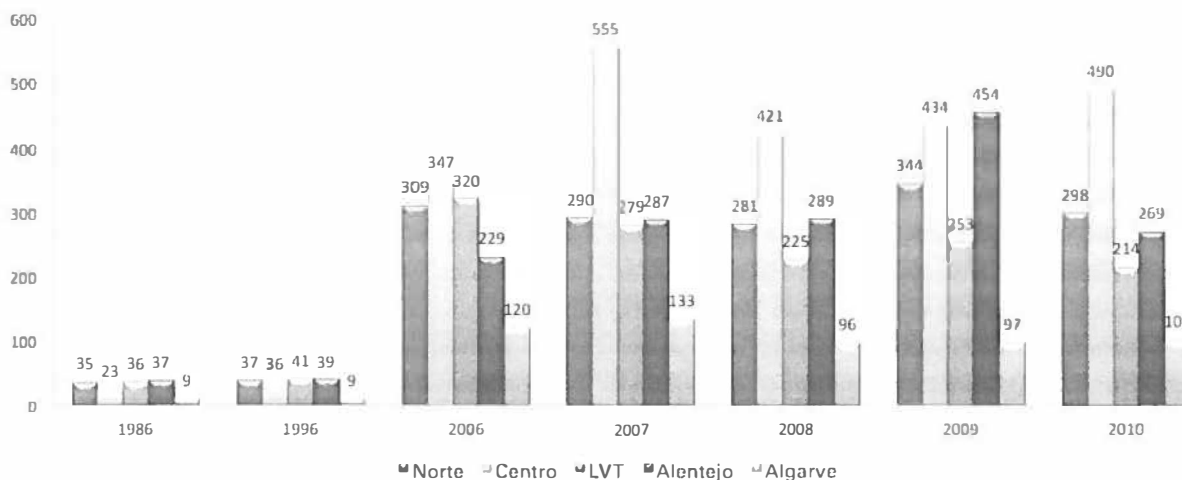
fica-se uma relativa regularidade nos dados de 1986 e 1996, independentemente da extensão de cada região, com excepção para o Algarve, onde aparentemente a actividade foi menos intensa.

Se analisados apenas os valores entre 2006 e 2010, verifica-se alguma estabilidade na actividade arqueológica da região Norte (Lemos, 2007: 108),

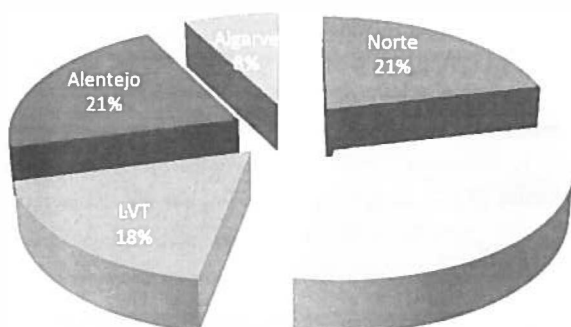
<sup>17</sup> Metadados: ver nota 10. Embora estes dados tenham origem no Endovélico, de facto o sistema não regista directamente esta informação. O enquadramento de cada intervenção foi determinada a partir do tipo de projecto em causa, dos arqueólogos responsáveis e do conhecimento que eu própria detenho sobre as suas “relações” institucionais e profissionais (ver nota 28), o que nem sempre foi possível concretizar. Assim os dados apresentados referem-se a uma estimativa a partir de cerca de 75% de intervenções arqueológicas cujo enquadramento foi possível determinar pela forma referida.

<sup>18</sup> Metadados: ver nota 10.

**Gráfico 8 - Trabalhos Arqueológicos  
Dispersão Territorial**



**Gráfico 9 - Trabalhos Arqueológicos  
Dispersão Territorial 2006 - 2010**



uma tendência de crescimento na região Centro, alguma diminuição na região de Lisboa e Vale do Tejo, um acentuado crescimento no Alentejo em 2009 (sistemas de rega do Alqueva) e um pequeno abrandamento no Algarve.

No conjunto dos 5 anos, vislumbra-se a concentração da actividade arqueológica nas regiões mais urbanizadas e menos extensas (Norte e Lisboa e Vale do Tejo). O Alentejo e a região Centro apresentam valores lógicos considerando a sua extensão (mais elevados no Centro devido à urbanização mais intensa do litoral). O Algarve continua a apresentar valores consentâneos com a sua extensão territorial, mas um pouco dissonantes se considerada a forte urbanização da faixa litorânea.

### A Arqueologia Preventiva

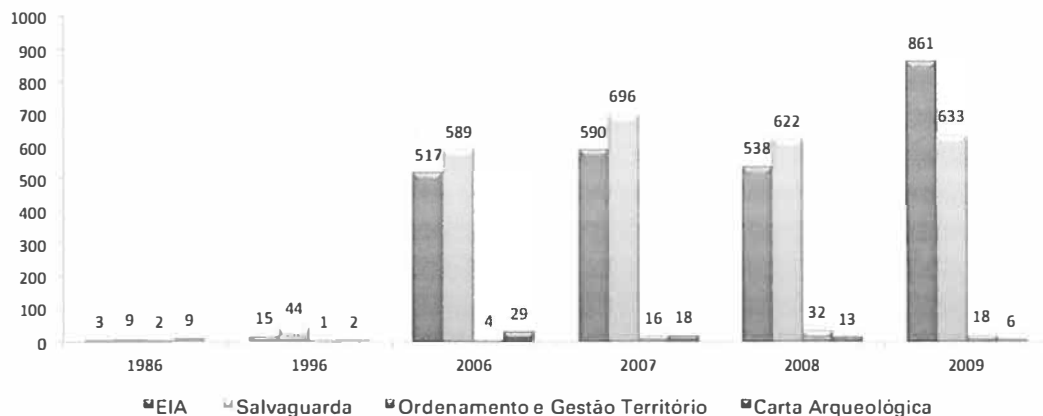
Como já foi repetidamente referido as intervenções de natureza preventiva alcançaram na última década e meia preponderância crescente (Silva, 1995: 99; Arnaud, 1997: 84; Zilhão, 2000: 6; Silva, 2003: 73; Correia, 2003; Lago, 2003: 100; Parreira, 2007: 99; Silva, 2008: 17); em contraponto com a “decadência” da Arqueologia de Salvamento (Instituto..., 1997: 91; Zilhão, 2000: 9). Por isso e porque são actualmente o motor da actividade arqueológica, merecem análise mais pormenorizada.

Esta categoria enquadra essencialmente trabalhos desenvolvidos no âmbito de processos de salvaguarda do património arqueológico (em sítios inventariados, reabilitação urbana, monumentos e zonas classificadas), de avaliação de impacte ambiental, de ordenamento e gestão do território ou de elaboração de Cartas Arqueológicas<sup>19</sup>.

Uma carta arqueológica é um repertório de informação estruturada e organizada (normalmente em ficha) sobre as ocorrências arqueológicas conhecidas e/ou referenciadas, num determinado território, complementada com a respectiva referência cartográfica e/ou georeferenciação. Neste conceito incluem-se desde simples inventários ou catálogos até avançados e complexos sistemas de informação, passando sobre estudos

<sup>19</sup> Metadados: ver nota 10.

**Gráfico 10 - Arqueologia Preventiva**  
Tipo de Projectos



de povoamento e território com recurso a análise das variantes geográficas e/ou implementação de modelos teóricos a casos concretos. Nesta acepção, o objecto principal da carta arqueológica é o conhecimento histórico do território numa perspectiva diacrónica ou sincrónica, perceptível a partir dos vestígios arqueológicos, imóveis e móveis (estes últimos, quando está disponível a informação sobre o seu local de achamento e/ou recolha). Numa segunda perspectiva, uma Carta Arqueológica pode ser definida como um instrumento de gestão do património arqueológico, entendido como recurso público, comum e finito, gerido pelo Estado. Neste sentido, para além da informação puramente técnica e científica, interessa referenciar informação diversa de natureza legal e administrativa (por exemplo, divisão administrativa, proprietário, protecção legal, etc). Neste contexto, muitas vezes as cartas arqueológicas assumem-se como sistemas de informação e gestão, nos quais o conhecimento sobre a realidade passada baseia um conjunto de procedimentos legais e administrativos, maioritariamente desenvolvidos por organismos públicos, no sentido da gestão, protecção, salvaguarda e valorização do património arqueológico imóvel. Por fim, numa terceira perspectiva e num momento normalmente decorrente da implementação dos dois conceitos anteriormente descritos, a carta arqueológica é um instrumento complementar de gestão do território, no pressuposto que o património arqueológico imóvel é uma parte integrante e não subtraível da paisagem

e do território e, assim sendo, a sua protecção e salvaguarda carecem de enquadramento adequado no âmbito dos instrumentos de gestão territorial legalmente definidos. Estes diversos conceitos, que continuam a coexistir, estão interligados e até se pode considerar que constituem pela ordem na qual foram apresentados, no que respeita a gestão pública do património arqueológico, uma evolução do conceito de Carta Arqueológica. A elaboração de Cartas Arqueológicas em Portugal foi incentivada nos anos 80 (projecto de âmbito nacional que permitiu o financiamento e apoio a dezenas de cartas arqueológicas municipais), tendo constituído um dos primeiros instrumentos de arqueologia preventiva a ser implementado em Portugal (Real, 1995: 27-30). Trata-se de um tipo de projectos ainda muito actual e necessário em partes significativas do território nacional, pelo que, embora em número reduzido, continuam a desenvolver-se.

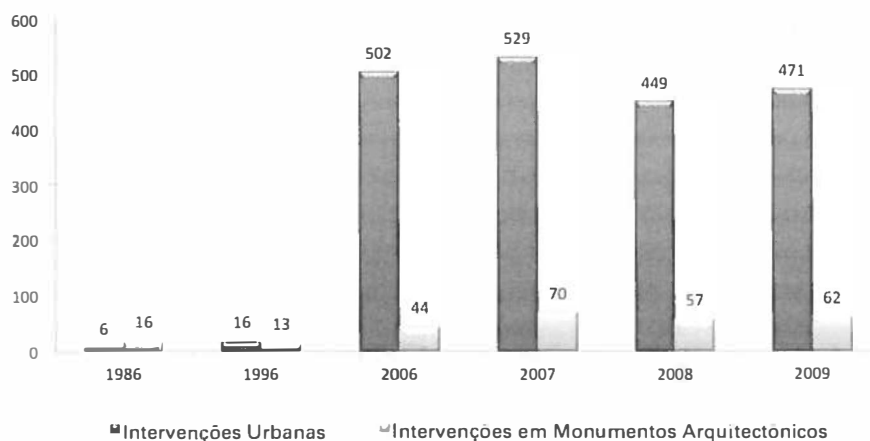
As intervenções de salvaguarda integram também todas as acções preventivas destinadas a salvaguardar ou a preservar pelo registo sítios arqueológicos conhecidos e inventariados, substratos arqueológicos urbanos históricos protegidos, monumentos classificados e suas envolventes (através da actividade de salvaguarda desenvolvida pelas entidades de tutela dos bens imóveis classificados e respectivas áreas de protecção)<sup>20</sup>. As intervenções de salvaguarda representam desde 2006 entre 38 e 46% do total da actividade arqueológica nacional.

<sup>20</sup> Metadados: ver nota 10.

Neste âmbito, a intervenção sobre contextos arqueológicos urbanos tem verificado um crescimento muito significativo, atingindo em 2009, cerca de 25% da actividade arqueológica nacional. A arqueologia urbana era no início dos anos 90 uma realidade emergente que com a institucionalização da arqueologia preventiva e a acção concertada das unidades descentralizadas da administração central (as Extensões Territoriais do IPA/IGESPAR e as Direcções Regionais do IPPAR e de Cultura) e dos serviços de arqueologia dos municípios se sistematizou nos centros históricos mais importantes e se generalizou a quase todos os aglomerados urbanos antigos. Este crescimento da arqueologia urbana coexiste com sérios e complexos problemas como: dificuldade de gestão de informação arqueológica e espólios e bloqueamento dos processos de investigação e publicação científicas. Apesar destas dificuldades, tem sido possível salvaguardar e registar contextos arqueológicos muito relevantes, reconhecendo a importância das cidades como reservas arqueológicas fundamentais e espaços principais da História. Espera-se que um dia os arqueólogos e toda a sociedade saibam transformar este esforço

tal (AIA), incipiente nos anos 90 (Raposo, 1995: 81; Silva, 1995a: 95), tem verificado igualmente um crescimento sustentado desde 2000, atingindo 51% do total da actividade arqueológica nacional em 2009<sup>21</sup>. A legislação que impõe a prévia avaliação de impacte ambiental dos projectos susceptíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente foi implementada em Portugal desde o final dos anos 80 do século XX<sup>22</sup>, sob estímulo de normativos europeus (Raposo, 2010: 364). Desde os anos 90 foram tentadas diversas fórmulas e experiências que, no seguimento de disposições legais mais ou menos genéricas, introduziam o património cultural imóvel como elemento integrante da paisagem ou ambiente, e logo um dos factores a considerar na avaliação de impactes negativos dos grandes projectos e na consequente implementação de medidas de mitigação dos mesmos (ver especialmente Raposo, 1995). Contudo, durante toda essa década estas experiências embora importantes pela aprendizagem que permitiram, revestiram-se sempre de carácter pontual e excepcional (Arnaud, 1994; Raposo, 1995: 74 e 80 a 84; Silva, 1995a: 96; Lago, 2003: 100). A introdução (institucional e técnica) de procedimentos

**Gráfico 11 - Intervenções de Salvaguarda Tipo**



em conhecimento e património.

As intervenções em monumentos arquitectónicos também cresceram, mas são menos representativas relativamente ao todo.

A actividade arqueológica desenvolvida no âmbito de processos de avaliação de impacte ambien-

<sup>21</sup> Metadados: estes dados foram obtidos a partir do Endovélico (nos formulários processo, projecto e EIA) e dos relatórios de actividades anuais produzidos pelas Extensões Territoriais do IPA/IGESPAR, Gabinete de Estudos de Impacte (IPA) e Divisão de Arqueologia Preventiva e de Acompanhamento (IGESPAR).

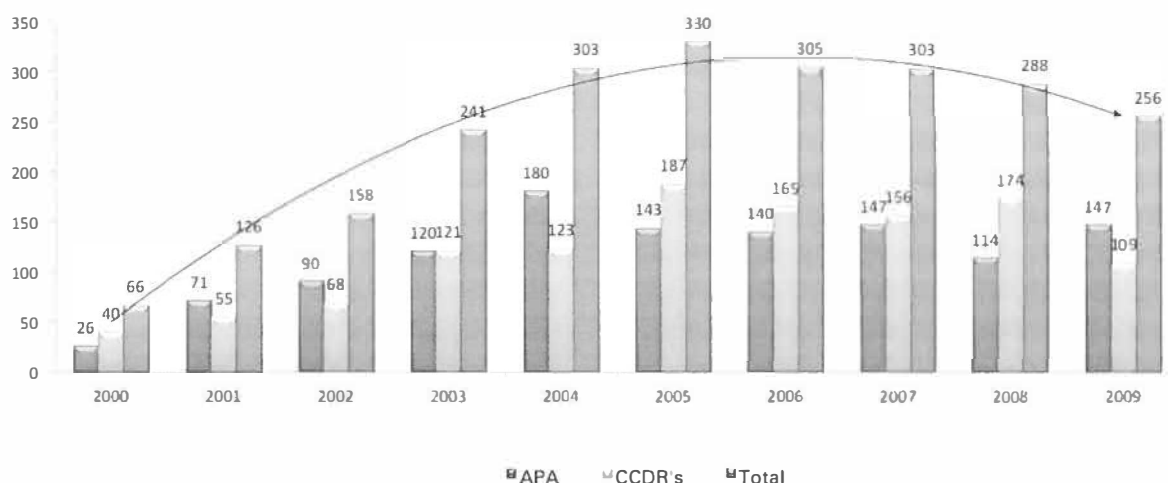
<sup>22</sup> Lei n.º 11/87, de 7 de Abril (Lei de Bases do Ambiente) e Decreto-Lei n.º 186/90, de 6 de Junho (que regulamenta os procedimentos de prévia Avaliação de Impacte Ambiental), que mais tarde evoluiu para o Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio.

de Arqueologia Preventiva nos processos de AIA foi um dos objectivos estratégicos mais importantes e bem sucedidos do IPA (Almeida, 2008: 162; Raposo, 2010: 365), embora nem todos o compreendessem inicialmente (Raposo, 1997: 96). Ou seja não foi a legislação que motivou directamente a implantação da Arqueologia nos processos de AIA (contrariando Silva, 1995a: 96), foi a implementação deliberada e sistemática de uma forma concreta de aplicação desta que o conseguiu (Instituto..., 1997: 91; Martins, 2010).

Anteriormente a participação da Tutela era esporádica e quase sempre na fase de consulta pública (Raposo, 1995: 76). Desde a criação do IPA foi desenvolvida pela sua direcção e técnicos no seu trabalho directo uma forte acção sensibilizadora junto das autoridades de AIA (Ministério do Ambiente e

Assim, deixou de ser possível a aprovação de um EIA sem que este incluisse a avaliação dos impactos do projecto sobre o património arqueológico e a consequente definição de medidas de minimização. Propiciou-se assim, a participação sistemática de arqueólogos nos processos integrados de AIA, ao contrário da generalidade das situações anteriores a 1997 (Raposo, 1995: 67 e ss.) e do que alguns temeram (Silva, 2000: 24), promovendo a disciplina arqueológica e a colaboração interdisciplinar com outras áreas profissionais e dignificando e a profissão do "arqueólogo" junto de sectores até aí muito alheados da temática patrimonial. O arqueólogo afirmou-se como "o único profissional capaz de abranger o território como um todo (...) e dar o suporte ao desenvolvimento interdisciplinar dos projectos necessários" (Correia, 2003: 82).

Gráfico 12 - Nomeações para Comissões de AIA IPA/IGESPAR



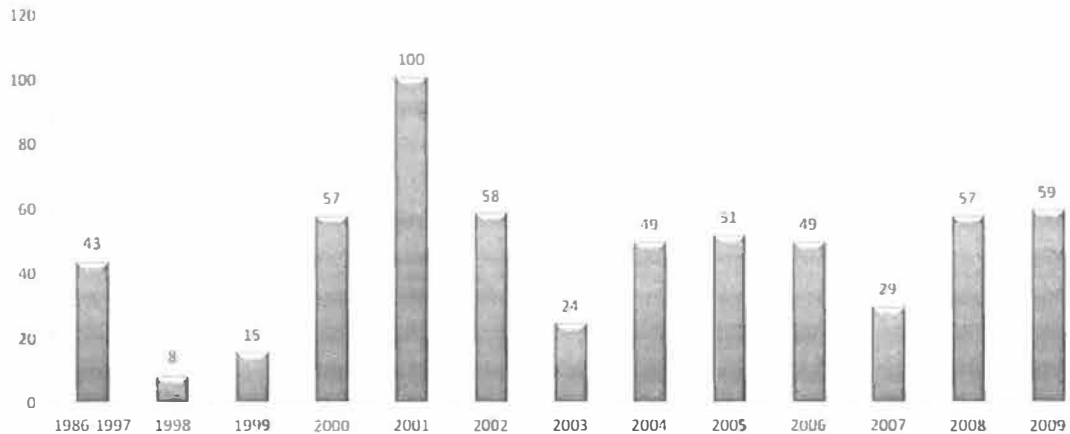
CCDR's), do sentido de colocar representantes seus nas Comissões de Avaliação (CA) dos Estudos de Impacte Ambiental (EIA), contrariando a tendência anterior (Raposo, 1995: 74). Este esforço conduziu à presença sistemática de representantes do IPA (hoje IGESPAR) em todas as CA's (Silva, 2008: 17), o que permitiu que o "descriptor" Património, com especial relevo para o património arqueológico pela sua elevada dispersão na paisagem, merecesse uma cada vez maior e mais criteriosa atenção<sup>23</sup>.

<sup>23</sup> Para além da presença sistemática em comissões de avaliação, foram também produzidas pelo IPA diversas "Circulares"

Este trabalho constitui uma das maiores fontes de informação para a Carta Arqueológica, garantido a prospecção de superfície e o acompanhamento arqueológico de obras, em largas extensões de território, com benefícios para a investigação arqueológica

dirigidas à comunidade arqueológica e destinadas a normalizar a elaboração dos "Estudos de Impacte Arqueológico", bem como ocorreu a participação activa deste organismo na elaboração de documentos normativos de natureza metodológica (por exemplo: Critérios para a Avaliação da Qualidade de Estudos de Impacte Ambiental, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e Instituto Superior Técnico; Medidas de Minimização Gerais de Trabalhos de Construção, APA; Guia Técnico para a Elaboração de Estudos de Impacte Ambiental do EFMA, EDIA; Guia Técnico de Avaliação de Impacte Ambiental de Aproveitamentos Hidráulicos, APA).

**Gráfico 13 - Participação da Tutela Arqueológica na elaboração de Instrumentos de Gestão e Ordenamento do Território**



lógica e para o ordenamento do território (Almeida, 2008: 164; Raposo, 2010: 366). Actualmente, e apesar de alguma tendência recente de decréscimo no número de EIA em avaliação, a actividade arqueológica desenvolvida neste contexto é um dos principais “mercados” para empresas de arqueologia, de emprego para arqueólogos e de financiamento para a Arqueologia.

Por fim e ainda no âmbito da institucionalização da Arqueologia Preventiva, é essencial a aposta nos instrumentos de gestão e ordenamento do território (IGOT’s), pois é através da regulamentação incluída nos diversos planos que a salvaguarda do património arqueológico poderá ser crescentemente mais eficaz, a diversas escalas. Esta percepção existe por parte da comunidade arqueológica desde os anos 80 (Silva, 1995a: 94), como os dados recolhidos<sup>24</sup> mostram, confirmando a inclusão do Património Cultural como elemento a considerar no ordenamento do território desde a legislação mais antiga<sup>25</sup>. Também a este nível foi desenvolvida pelo IPA uma estratégia de participação intensa nos pro-

cessos de elaboração e revisão de “planos”, quer através da integração de representantes das comissões de acompanhamento, quer através da emissão de pareceres externos (Raposo, 2003). Contudo, a complexidade e morosidade destes processos e a dispersão de interlocutores dificultou a desejada sistematização nesta participação.

Ainda assim, tem vindo a tornar-se mais habitual a integração de normas de salvaguarda específicas para o património arqueológico (Silva, 2008a: 199), nos planos de diferentes âmbitos: nacional (planos de ordenamento especiais), regional (planos de ordenamento regionais) e municipal (Planos Directores Municipais, Planos de Pormenor e Planos de Urbanização). A participação (mais ou menos efectiva) da Tutela Arqueológica nos processos de elaboração de IGOT’s estará num nível próximo do pleno no caso dos Planos Regionais de Ordenamento e dos PDM’s, destacando-se a importância destes últimos como principal instrumento de salvaguarda arqueológica ao nível do ordenamento do território (Lemos, 2003: 112-113).

Considero contudo que este é um caminho em grande parte ainda por percorrer, pois, pese embora a inexistência de estudo aprofundado sobre este assunto, tenho a percepção que a qualidade dos planos que vão sendo aprovados e implementados ainda é muito desigual (Lemos et al, 2003), bem como ainda é muito residual a actividade arqueológica desenvolvida no âmbito da preparação e elaboração de IGOT’s (cerca de 1% do total, entre 2006

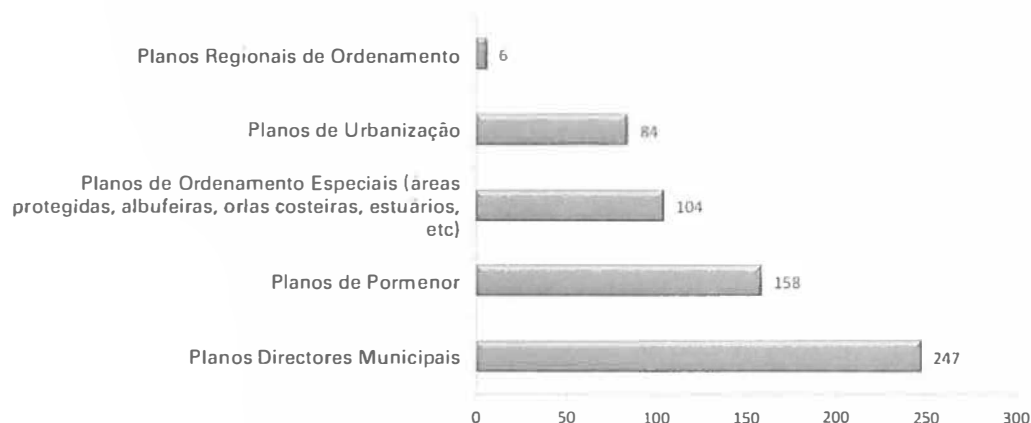
<sup>24</sup> Metadados: estes dados foram obtidos a partir do Endovélico (formulário processo) e referem-se apenas ao ano de abertura do processo. Os números não reflectem a abertura de processos de revisão de PDM quando já existe processo anterior desse plano.

<sup>25</sup> Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio (regime do plano director municipal como instrumento do ordenamento do território) ao qual se sucedem vários diplomas legais, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março e o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro. Actualmente vigoram a Lei 48/98 (estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo), a Lei n.º 54/2007, de 31 de Agosto (primeira alteração à Lei n.º 48/98) e o Decreto-lei 46/2009, de 20 de Fevereiro (republicação do Decreto-Lei n.º 380/99).

e 2009). Urge assim, estabelecer o ordenamento do território como um dos principais instrumentos de gestão do património arqueológico e estabelecer os princípios, regras e opções orientadoras relativos à Arqueologia, a respeitar na organização do território nacional. Para este efeito é essencial garantir a

tes, e que de alguma forma anteciparam o *boom* da classe profissional, espelham bem a problemática que a nível nacional tem ocorrido em torno de questões como: o que é ser arqueólogo e quem é arqueólogo, fortemente ligadas com a necessidade de uma auto-regulação da profissão.

**Gráfico 14** - Participação da Tutela Arqueológica na elaboração de Instrumentos de Gestão e Ordenamento do Território (1986 - 2009)



presença de representantes da Tutela arqueológica nas comissões consultivas e de acompanhamento dos diversos programas e planos, promovendo o cumprimento da Lei, com a inclusão de informação de qualidade relativa ao património arqueológico em todos os elementos constituintes dos IGOT's (designadamente, Regulamento, Cartas de Condicionantes e Ordenamento), garantindo a sua salvaguarda e valorização.

#### **Os Arqueólogos e o exercício da profissão**

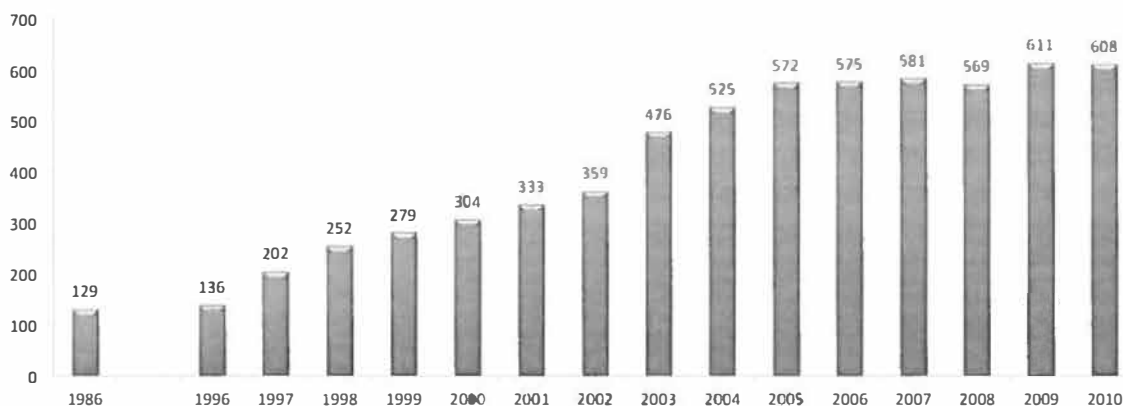
A mudança radical que vem sendo caracterizada assentou numa profunda alteração da classe profissional dos arqueólogos. A própria existência de uma "classe profissional" é uma realidade recente (Silva, 1994: 92; Almeida, 2007a: 103), como o demonstram o processo de criação da Associação Profissional de Arqueólogos (Silva, 1993; Silva et al, 1994a; Silva, 1998a, Silva, 2003; Correia, 2003; Almeida, 2007a: 101) e propostas de constituição de uma Ordem (Opinião. Ordem..., 2000; Real, 2003: 93; Lago, 2003: 105; Almeida, et al, 2006: 87; Almeida, 2007a: 103). Estes processos históricos recen-

De um grupo profissional constituído por um pouco mais que cem arqueólogos (estimativas em: Silva et al, 1994a: 78; Real: 1995: 38; Lemos, 2007: 106), nem todos "profissionais", ou seja remunerados, evoluiu-se para cerca de 600 arqueólogos autorizados a realizar trabalhos arqueológicos por ano<sup>26</sup>. Sobre este assunto deve salientar-se a importância da criação das variantes e principalmente das Licenciaturas em Arqueologia (Silva, 1999: 20; Silva, 2002: 310; Lemos, 2007: 107).

Esta é uma classe necessariamente jovem, aliciada por alguns anos de empregabilidade quase plena (Silva, 2000: 23; Silva, 2003a: 21; Silva, 2003: 72). A estrutura da classe profissional, o seu balanço social (distribuição etária, de género, habilitacional, etc), a forma e enquadramento do exercício da profissão são assuntos por estudar e aprofundar (Silva, 2003a: 21). Os dados que apresento permitem uma abordagem meramente preliminar e muitas das conclusões têm base empírica.

<sup>26</sup> Metadados: ver nota 10. Os valores referem-se a arqueólogos autorizados a dirigir trabalhos arqueológicos por ano.

**Gráfico 15 - Arqueólogos**  
(autorizados a dirigir trabalhos arqueológicos)



Uma questão levantada com alguma frequência em fóruns arqueológicos é: quantos são os arqueólogos portugueses? Uma vez que o enquadramento legal actual não obriga a um processo de credenciação profissional, não é fácil chegar a este valor (veja-se o esforço desenvolvido neste sentido em: Raposo, 2005 e Almeida, 2007a), embora, mais uma vez os dados indiquem uma tendência de crescimento sustentado entre 1997 e 2005 (Silva, 1998a: 31; Silva, 1999: 20; Zilhão, 2000: 6; Lago, 2000: 19; Opinião. Ordem..., 2000: 18; Silva, 2002: 300; Raposo, 2003a: 60; Almeida, et al, 2006: 87; Oosterbek, 2007: 92; Almeida: 2007: 103; Deus, et al, 2007: 105). Temos uma ideia de quantos estudantes são admitidos anualmente em licenciaturas de Arqueologia (actualmente cerca de 150<sup>27</sup>), podendo admitir que cerca de metade efectivamente concluem o seu grau académico por ano, mas também é seguro que uma parte dos licenciados em Arqueologia nunca chega a exercer a profissão. Assim, considero que a forma mais fiável de chegar a este valor é partir das autorizações concedidas pela Tutela, não sem ressaltar que existem hoje em Portugal arqueólogos que não se dedicam ao trabalho de campo e principalmente que, dedicando-se, não o fazem como responsáveis científicos dos trabalhos em que participam; todos estes não estão portanto abrangidos nesta contabilização. Uma outra realidade perceptível é a considerável “flutuação” da classe, pelo menos

<sup>27</sup> Número de vagas em Licenciaturas (1.º ciclo de Bolonha) em Arqueologia em estabelecimentos de ensino superior público, <http://www.dges.mctes.pt>.

nos anos imediatamente seguintes à licenciatura: o licenciado “experimental” o exercício da profissão durante algum tempo, de forma regular ou esporádica, e depois opta por outra ocupação profissional. Assim, e tendo em consideração todas a contingências referidas, a minha tentativa de aproximação ao número de arqueólogos em exercício em Portugal, partiu da lista de todos os arqueólogos autorizados a dirigir trabalhos nos últimos 10 anos (entre 2001 e 2010), tendo obtido o número de 1340 arqueólogos. Vale o que vale!

A grande maioria dos arqueólogos exerce a profissão de uma forma total e involuntariamente precária, enquadrando-se nos chamados “recibos verdes”, sem deter o estatuto de real de profissional liberal. Em grande parte do seu tempo trabalham como contratados (alternando com elevada frequência de entidade contratante – empresas, administração local e central, equipas de investigação, etc), quase sempre “a dias”. É verdade, na sua maioria os nossos arqueólogos são “arqueólogos a dias” (Opinião, Ordem..., 2000: 17; Carneiro, 2003: 116; Almeida et al: 89).

As entidades contratantes e a forma de enquadramento profissional dos arqueólogos variam<sup>28</sup>. Destaco em primeiro e minoritário lugar

<sup>28</sup> Metadados: infelizmente o *Endovéllico* não fornece este tipo de informação, até porque o enquadramento profissional dos arqueólogos varia de trabalho para trabalho. Assim estes dados são os mais falíveis de todos pois foram alcançados através do meu conhecimento directo da situação profissional de cada arqueólogo. Orgulho-me de conhecer muitos arqueólogos, mas não posso já há alguns anos afirmar, como já afirmei, conhecer todos os arqueólogos (se não pessoalmente, pelo menos “pelo nome”). Assim, como agravante, estes valores são estimados, a

aqueles que como eu têm a ventura de exercer a sua profissão de forma estável: são essencialmente os trabalhadores do Estado – administração central e local, universidades – e, em reduzido número, trabalhadores dependentes em empresas (de

rais são muito poucos (e estão a diminuir com o agravamento da situação económica e financeira do país que dificulta a subsistência exclusivamente neste regime). O valor apresentado inclui todos os realizaram trabalhos como profissionais liberais,

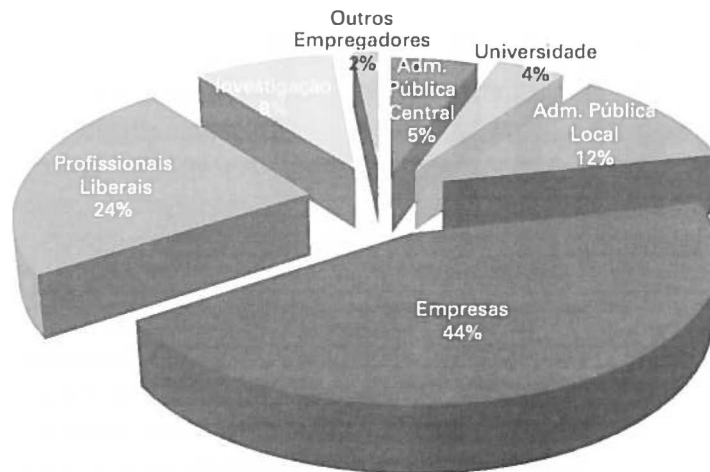
ainda que tal tenha acontecido esporadicamente, entre situações variadas de contratação a tarefa essencialmente para empresas.

Os cerca 9% de arqueólogos que se dedicam (exclusivamente) à investigação são essencialmente bolseiros que durante um período de tempo desenvolvem projectos (normalmente académicos) financiados em programas públicos de apoio à ciência e à formação universitária avançada. Este grupo tem aumentado nos últimos anos. Incluem-se também aqui arqueólogos estrangeiros que fazem investigação “sazonalmente” em Portugal.

Mais de metade dos profissionais em exercício permanente trabalham (na maioria do seu tempo útil de trabalho) em regime de trabalho dependente ou com contratos precários, para empresas de arqueologia. Verifica-se também a presença no mercado de algumas empresas de prestação de serviços de mais largo espectro (elaboração de Estudos de Impacte Ambiental, Fiscalização, etc) que também têm arqueólogos ao seu serviço. Também persistem alguns casos de Associações que prestam serviços de arqueologia sob contrato.

Mas os principais empregadores são as empresas de arqueologia (Silva, 2008a: 19; Zilhão, 2000: 7; Lagos, 2000: 22). Em 1999, António Manuel Silva (1999: 20) estimava que 1/3 dos arqueólogos trabalhava em empresas; hoje são cerca de metade. Esta realidade, a que já estamos habituados é recente e espelha de forma muito particular a grande mudança da Arqueologia portuguesa<sup>29</sup>. As primeiras

**Gráfico 16 - Arqueólogos**  
Enquadramento Profissional 2010



arqueologia e outras). Não têm havido alterações significativas no número de arqueólogos ao serviço da administração pública central (tutela, museus e outros organismos públicos) e universidades (no máximo 150 profissionais). Já nas Autarquias, verifica-se uma tendência de crescimento (em 1986, quase não existiam; em 1996, seriam cerca de duas dezenas, actualmente, aproximam-se das duas centenas de profissionais), com ainda muito “espaço” de crescimento (Entrevista com Fernando..., 1993: 50; Real: 1995: 25; Raposo, 1997: 96; Silva, 2000: 23; Lemos, 2003: 54; Real, 2003: 88; Carneiro, 2003: 117; Parreira, 2007: 100; Lemos: 2007: 107; Almeida, 2007). Ainda existem muitas autarquias sem qualquer arqueólogo ao serviço (Silva, 1998a: 32; Silva, 1999: 20; Silva, 2002: 306; Silva, 2003: 74; Almeida, 2007: 142) e não tenho qualquer dúvida que todas precisam de arqueólogo, arqueólogos ou gabinete de arqueologia.

Acredito que os verdadeiros profissionais libe-

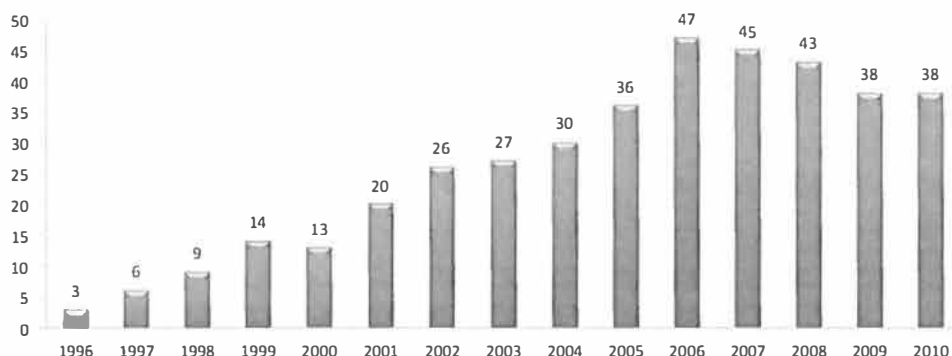
partir do meu conhecimento da realidade. Consegui enquadrar profissionalmente 855 dos 1340 arqueólogos listados.

<sup>29</sup> Metadados: dados recolhidos a partir do *Endovélico*, formulários Entradas (foram seleccionadas todas as empresas de Arqueologia que se corresponderam com a Tutela) e Entidades Colectivas (em cada empresa foram analisados os Projectos associados e seu ano de início).

empresas de arqueologia surgiram em meados dos anos 90 do século passado (Silva, 2002: 306; Silva, 2008: 14). Muito rapidamente e seguindo o

Preventiva em Portugal. Nos anos 80 e até meados dos anos 90, o financiamento era exclusivamente estatal (Real, 1995: 35-37; Lago, 2003: 97; Silva,

**Gráfico 17 - Empresas de Arqueologia em actividade**



impulso do mercado multiplicaram-se (Silva, 1999: 20; Lago, 2000: 19; Silva, 2002a: 20; Raposo, 2005; Deus, at alli, 2007: 105; Lemos, 2007: 107), tendo alcançado um valor máximo de 47 empresas em funcionamento em 2006. A partir desse ano parece verificar-se uma tendência de alguma contracção, mantendo-se ainda assim um número muito razoável de empresas a trabalhar.

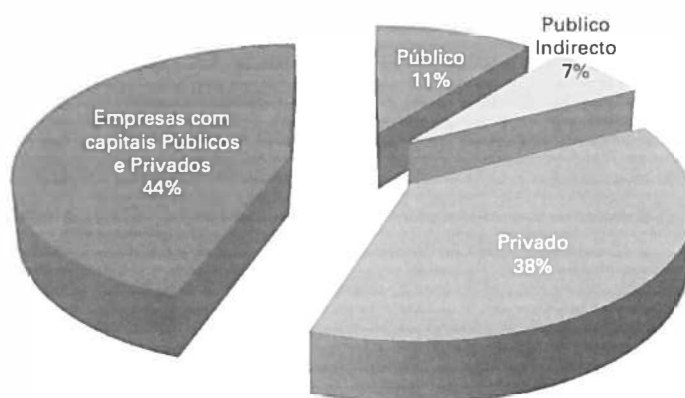
2008: 15) e era concedido directamente, ou seja, destinava-se a apoiar a investigação arqueológica. Nos anos 90, o financiamento privado e/ou indirecto foi ganhando timidamente terreno, implantando-se crescentemente no final da década com o aumento das intervenções de carácter preventivo. Tratava-se já essencialmente de financiamento indirecto, ou seja, a actividade arqueológica a partir da criação

Não disponho de dados nem é esta a ocasião para aprofundar as principais características, virtualidades e fraquezas deste tecido empresarial (Almeida, et al, 2006; Valera, 2007; Actas..., 2008). É contudo indubitável que são as empresas quem mais emprega arqueólogos e também quem suporta a actividade arqueológica nos níveis de frequência que já referi (Silva, 2000: 23). Assim, penso poder afirmar que as empresas de arqueologia são não apenas um produto da procura do mercado, mas constituíram e são uma resposta social à integração de Portugal no contexto da Arqueologia Preventiva (Jorge, 2000: 10; Lago, 2000: 20).

### Financiamento

O financiamento da actividade arqueológica sofreu também grandes alterações na sequência da implementação dos procedimentos de Arqueologia

**Gráfico 18 - Financiamento da Actividade Arqueológica 2006 - 2009**



do IPA é crescentemente desenvolvida sob contrato (Silva, 2002a: 20; Raposo, 2003a: 59; Silva, 2003: 72; Carneiro, 2003: 116; Parreira, 2007: 100; Almeida, 2007a: 103; Silva, 2008: 15) e suportada pelos orçamentos dos projectos e obras no âmbito dos

quais se desenvolve (nas fases de AIA, projecto e empreitada).

Actualmente, o financiamento da actividade arqueológica<sup>30</sup> continua a ser essencialmente indirecto, sendo que o Estado financia directamente a Arqueologia em cerca de 11% das intervenções realizadas. Remanesce uma muito residual percentagem de intervenções de investigação financiadas por entidades estrangeiras. Os promotores de projectos com impacto no subsolo urbano ou rural - o Estado, as empresas públicas, privadas e público-privadas e os particulares - financiam grande parte da actividade arqueológica, uma vez que são obrigados legalmente a desenvolver intervenções que visam a salvaguarda do património arqueológico afectado no âmbito dos projectos que promovem. O financiamento público continua a ser muito relevante, uma vez que os maiores projectos com impacto na paisagem continuam a ter uma forte participação do Estado (infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias e básicas, infra-estruturas de extracção e transporte de energia, gestão de resíduos, etc). Assim, penso que é mais ou menos seguro afirmar que actualmente, Estado e entidades privadas partilham o financiamento da actividade arqueológica.

A Arqueologia nacional desenvolve-se assim, essencialmente, a partir da aplicação dos princípios do "poluidor-pagador" e da obrigatoriedade legal da "conservação pelo registo" dos vestígios arqueológicos. Como consequência social, verifica-se que de facto é toda a sociedade, são todos os cidadãos, que pagam a actividade arqueológica (Jorge, 2000: 12). Pergunto-me muitas vezes se uns e outros, arqueólogos e restantes cidadãos, têm absoluta consciência deste facto...

### Notas finais

Tirar conclusões neste trabalho não é fácil. Não que em alguns aspectos elas não saltem à vista,

<sup>30</sup> Metadados: ver nota 10. Embora estes dados tenham origem da informação no *Endovéllico*, de facto o sistema não regista directamente esta informação. A origem do financiamento de cada intervenção foi determinada a partir do título do projecto que a enquadrava, o que nem sempre foi possível concretizar. Assim os dados apresentados referem-se a uma estimativa a partir de metade das intervenções arqueológicas cujo financiamento foi tipificado pela forma referida.

mas as problemáticas subjacentes são vastas e muito complexas. Não é meu objectivo "descobrir a pólvora" e tecer aqui juízos a que a maioria dos colegas citados ao longo do artigo não chegou. E não é fácil avaliar e opinar construtivamente sobre o que se passa na Arqueologia nacional...

Em primeiro lugar eu gostaria de salientar quão importante é, no contexto retratado, existir uma Tutela Arqueológica. Sem uma Tutela de âmbito nacional, com as funções de inventário e "observatório" (que aliás neste último caso e para grande pena minha, nunca desenvolveu) este balanço não era possível. É muito importante que exista uma Tutela que inventarie (Silva, 1994: 92; Silva, 1995: 99 e ss.; Instituto..., 1997: 95; Jorge, 1998: 14; Silva, 2000: 24; Silva, 2002: 301).

Como importante é a existência de uma Tutela especializada que fiscalize que inspecione, que regule, que regulamente, que saiba intervir, através da sua acção directa, em todos os processos sociais e económicos que intervêm no Património Arqueológico. É fundamental que as áreas da intervenção e da fiscalização estejam claramente dissociadas, no aparelho do Estado. Parece-me que a esfera da intervenção deve ser claramente da competência das autarquias locais (e eventualmente estruturas regionais) e a esfera da fiscalização um atributo da administração central. Depois de muitas curvas, quase todos convergem: a principal função do Estado e da sua entidade tutelar na Arqueologia é a fiscalização da actividade arqueológica (Silva, 1994; Silva, 1995: 100; Instituto..., 1997: 83; Jorge, 1997: 90; Lemos, 1997: 94; Jorge, 1998: 14; Silva, 1998: 17; Silva, 2000: 22; Silva, 2002a: 20; Oosterbeek, 2003; Raposo, 2003a: 58; Raposo, 2003a: 65; Carneiro, 2003: 116; Real, 2003: 88; Lago, 2003: 102; Almeida et al, 2006: 86; Oosterbek, 2007: 92; Parreira, 2007: 100; Deus, et al: 105; Silva, 2008: 14; Zilhão, 2000: 7 e ss.).

Para além de inventariar (receber, processar e devolver informação; gerir e disponibilizar fundos documentais e bibliográficos) e fiscalizar (autorizar, acompanhar e validar intervenções arqueológicas) deve ainda e porque a nossa realidade apresenta fortes lacunas a este nível, apoiar a investigação científica especializada (Jorge, 2000: 11; Lago, 2000:

21; Silva, 2008a: 19) e a edição científica ainda tão lacunar e disfuncional entre nós (Silva, 1995: 99; Instituto..., 1997: 89; Silva, 1998: 17; Silva, 2002a: 20; Gonçalves, 2003: 113; Silva, 2008a: 19). Um aspecto directamente relacionado com investigação e a gestão dos espólios (Instituto..., 1997, 89; Silva, 2008a: 19), área em que apesar das boas intenções o IPA conseguiu resultados muito fracos, e cuja situação tem evoluído até à beira da ruptura.

O financiamento indirecto da actividade arqueológica, através da Arqueologia Preventiva, poderá ter limitado em muito as destruições sucessivas, massivas e sem apelo de vestígios arqueológicos. Mas não se pode esperar e nem me parece viável que a investigação arqueológica e consequente edição sejam financiados desta forma. Como não creio que os bloqueios na investigação científica estejam relacionados com a preponderância da arqueologia sob contrato, até porque eles são comuns a todas as áreas da actividade arqueológica, independentemente do tipo de entidade que a enquadra. Os tempos, processos e programação (até financeira) da investigação científica não se coadunam com os cronogramas dos projectos de obras (a não ser eventualmente em casos excepcionais). A relação contratual que se estabelece entre promotores e equipas de arqueologia é necessariamente delimitada no tempo e não há forma de a prolongar pelo período necessariamente longo da investigação. Não quero com isto dizer que os promotores de projectos e obras não devem participar deste esforço; apenas afirmo que a sua participação já é significativa e o Estado deve também fazer o seu papel, nas fases subseqüentes, menos aprazadas, do processo de criação de conhecimento histórico a partir dos vestígios arqueológicos. Neste campo do financiamento público da investigação arqueológica, há algumas boas notícias como o aumento exponencial de mestrados e doutoramentos (Lemos, 2003, 49, Silva, 2003: 68; Lemos, 2007: 107), para além da maior oferta de apoios a projectos de formação académica avançada já referidos, mas estamos muito longe da situação ideal.

É importante que todos os arqueólogos compreendam a importância de uma Tutela Arqueológica bem focada e bem adequada organicamente às

necessidades funcionais da gestão arqueológica, para a salvaguarda do património arqueológico, a eficiente rigorosa gestão da actividade arqueológica e a sistematização (e consequentemente a disponibilização) da informação arqueológica. O bom desempenho desta Tutela depende também do grau de compromisso, de enfoque e de concentração nos objectivos específicos da Arqueologia. Este foi o factor de sucesso do IPA na gestão arqueológica: o IPA só existia para a Arqueologia e para a actividade arqueológica nas suas especificidades.

O IPA estava desenhado organicamente para responder as necessidades prementes e emergentes da Arqueologia Nacional, nomeadamente para processar a informação arqueológica; o seu fluxo processual e documental foi pensado em função disso. Com a extinção do IPA tudo passou a funcionar pior, pois a simples integração das funções de tutela num organismo já de si disfuncional e que está "geneticamente" muito pouco vocacionado ou interessado na gestão arqueológica, é um mal em si. Se acrescentarmos que o próprio conceito de Tutela arqueológica está em risco de fragmentação (com as contradições e confusões legais, processuais, funcionais e técnicas entre as competências do IGESPAR e Direcções Regionais de Cultura) e que nestes organismos pontuam dirigentes com um mínimo ou inexistente grau de comprometimento, envolvimento e competência na problemática arqueológica (até porque na sua maioria não são arqueólogos), obtemos uma mistura explosiva. É importante dizer que o país não possui recursos para ter 5 ou 6 sistemas avançados de informação arqueológica ligados a 5 ou 6 SIG's avançados, como dificilmente criará 5 ou 6 bons, modernos, bem apetrechados e tecnologicamente evoluídos arquivos de arqueologia abertos à utilização pública. O país precisa de concentrar e racionalizar recursos; dispersar equivale a desorçamentar, desinvestir, dispersar, devanear e desestruturar.

Por todas estas razões, mas principalmente pelos dados que apresentei, defendo que a melhor solução para a gestão pública da Arqueologia passa por um organismo autónomo apenas a tal dedicado. A autonomização da gestão arqueológica foi uma reivindicação antiga e durante muito tempo

proseguida (Silva et al, 1992; Marques, 1994: 85; Silva, 1994: 92; Arnaud, 1997: 84; Raposo, 1997a: 92; Silva, 1997: 88; Jorge, 1998: 15; Silva, 1998a: 31; Silva, 2002: 306; Bugalhão, 2002: 48; Lemos, 2007: 107). Alcançou-se com a criação do IPA na sequência de um processo de profunda crise (Silva e Marques, 1992; Marques: 1994: 85; Silva, 1994; Lemos, 1994: 98; Silva, 2002: 306; Bugalhão, 2002: 45; Lemos, 2007: 107; Silva, 2008a: 17; Oosterbek, 2008: 140).

O IPA foi um organismo bastante impar (na sua fase “a sério”, entre 1997 e 2002) pois era um organismo moderno (pequeno, ágil, operacional, versátil, pouco vinculado às características institucionais e organizacionais do Estado) que surgiu na sequência da questão do Côa, enformado por um grande pragmatismo: a partir de um diagnóstico desapassionado e descomprometido com o passado, foi “desenhado” para responder aos grandes problemas da Arqueologia nacional: destruição recorrente de vestígios arqueológicos, ausência de um inventário eficaz, ausência ou desactualização na legislação específica, alheamento da Tutela relativamente às características e mudanças da actividade arqueológica emergente, falhas na actividade de regulação e fiscalização, derivas demasiadamente intervencionistas do Estado, fragilidades na investigação e na publicação científicas.

Assim este organismo conjugou uma forte capacidade de intervenção e alteração da realidade em que intervinha (Lago, 2003: 103; Valera, 2008: 63 e ss.), com um enorme e anunciada fragilidade (Jorge: 1997: 90; Raposo, 1997a: 92; Silva, 1998: 17; Silva, 1999: 19; Oosterbek, 2008: 140). Quase se pode dizer que o IPA foi bem sucedido em quase tudo o que tentou fazer, excepto na sua auto-preservação e subsistência, ao contrário da maioria dos organismos públicos cujo principal objectivo é existir e subsistir para além de qualquer necessidade colectiva ou social, direccionando para aí grande parte dos seus recursos e acção.

De qualquer forma, o anúncio da extinção do IPA causou alguma perturbação (Bugalhão, 2002; Lemos, 2003: 49) e até alguns dos mais críticos passaram a considerar de forma cada vez mais benevolente a sua acção e legado (Silva, 2006, 15; Silva, 2008a: 17). A fase do IPA “a brincar” (entre

2002 e 2007), após a rebelião inicial (consequente ao anúncio da fusão) foi, extraordinariamente, bastante mais calma, rodando sob impulso do atrito anterior. A criação do IGESPAR (apesar de todos os esforços de quem lá trabalha e da resolução de alguns *dossier* pendentes crónicos como a admissão uma parte dos avançados e a inauguração do Museu do Côa), e principalmente todo o imbróglie legal e orgânico instalado no Ministério da Cultura têm-se traduzido em grandes perdas para a gestão arqueológica (Almeida, 2008: 147). E o pior está de certo para vir.

Fazendo uma retrospectiva das últimas décadas, esquematizo desta forma a evolução recente da Arqueologia nacional.

Na sequência do 25 de Abril de 1974 e do processo de democratização do país, e até 1980, verificou-se um crescimento da actividade arqueológica e do número de arqueólogos num contexto quase sempre “não profissional” ou amador, muito ligado ao associativismo patrimonial. Nesta fase a gestão pública da arqueologia era incipiente e motivou iniciativas quase plenárias no sentido da sua “organização” com um natural pendor estatizante.

Entre 1980 e 1990, decorreu um processo de organização do sector do Estado com competência da gestão arqueológica que incluiu uma (pelo menos inicialmente) bem sucedida experiência de aproximação à realidade, através da criação dos três Serviços Regionais de Arqueologia. Nesta fase verificou-se alguma estabilização no volume da actividade arqueológica e do número de arqueólogos que vivem uma situação de “proto-profissionalização”.

Entre o final dos anos 80, e meados da década de 90, vive-se uma fase de profunda crise no sector, com descredibilização das instituições e degradação de procedimentos técnicos e administrativos. O aparelho de Estado é reestruturado, com prejuízo para a expressão orgânica e funcional específica da Arqueologia e principalmente com total falência de estratégia relativamente às necessidades prementes de salvaguarda do património arqueológico. Em contra ciclo, a actividade arqueológica começa timidamente a aumentar, às variantes sucedem as licenciaturas e mestrados em Arqueologia e ao mesmo tempo que surge uma nova, embora

pouco numerosa, geração de arqueólogos com sentido crítico apurado relativamente à situação da arqueologia nacional e com ambições de profissionalização plena. Neste contexto surgem a Pro-APA e posteriormente a APA. Também a Arqueologia Municipal começa a ocupar o terreno que lhe é devido. Surgem as primeiras empresas de arqueologia, à sombra de contratações quase sempre públicas. Nesta fase entre em vigor um conjunto de legislação que só mais tarde daria frutos positivos para a Arqueologia, relacionada com a obrigatoriedade de avaliação de impacte ambiental de projectos com impactos no ambiente e a implementação de instrumentos de ordenamento e gestão do território. O início da construção de Alqueva está eminente e rebenta a questão do Côa.

Entre 1997 e 2002, vive-se a fase das grandes mudanças. Após algumas hesitações relativamente ao modelo de gestão a seguir, o IPA é criado sob inspiração da Convenção de Malta e dos princípios orientadores da Arqueologia Preventiva. Beneficiando das condições propícias anteriores, cavalga na onda da mudança, potenciando um enorme crescimento na actividade arqueológica, no número de arqueólogos profissionais, na eclosão de nicho empresarial arqueológico e apostando na renovação do aparelho legislativo e regulamentar que enquadra o sector. O aparelho do Estado volta a regionalizar-se e a aproximar-se à realidade, com a criação das Extensões Territoriais do IPA e também em alguns casos, com uma actuação mais assertiva das Direcções Regionais do IPPAR, ao nível da salvaguarda e valorização de património classificado. Iniciam-se processos históricos ao nível do inventário arqueológico, da fiscalização e acompanhamento da actividade arqueológica (agora mais sistemáticos e com apoio das tecnologias da informação) e da intervenção em processos com impacto territorial profundo: participação sistemática nos processos de avaliação de impacte ambiental, na reabilitação urbana, na salvaguarda de sítios arqueológicos, ordenamento do território em várias escalas, etc. Finalmente, o enfoque da actividade arqueológica incide sobre o "Território" e a "Paisagem", e não apenas sobre o "Sítio" e o "Objecto", propiciando abordagens de conjunto e a

intervenção em contextos anteriormente negligenciados pela actividade arqueológica (que tendia a seleccionar os sítios pela sua maior antiguidade e/ou melhor estado de conservação), contribuindo assim para um melhor conhecimento histórico sobre os territórios e os processos de deposição e preservação dos contextos arqueológicos. A arqueologia sob contrato instala-se para ficar, bem como o financiamento indirecto da actividade arqueológica. A Arqueologia Municipal continua a crescer. Pela primeira vez há formalmente actividade arqueológica de investigação programada, plurianual e financiada, em Portugal. As Arqueociências chegam finalmente ao país, e em grande estilo, através do projecto CIPA (Mateus, et al, 2003). Publica-se mais e mais regularmente, mas o fosso entre o que vem a prelo e o que permanece inédito é cada vez maior. As reservas de espólio arqueológico estão a abarrotar sem qualquer ordenamento consistente. Os arqueólogos são mais e ainda menos organizados e emerge a urgência da auto-regulação.

Apartir de 2003, vive-se nova fase de crise, desta vez coexistindo com a continuidade do crescimento da Arqueologia em todas as frentes, porque o contexto é propício e porque o balanço da fase anterior foi forte. O número de arqueólogos em actividade acaba por se fixar, mas as formas de exercício da profissão são mais diversificadas. O número de empresas de arqueologia em funcionamento estabiliza em meados da década, regredindo um pouco depois. A arqueologia urbana e em processos de AIA continua a crescer, bem como aumenta a presença da Arqueologia no ordenamento e gestão do território. O edifício legislativo recém-criado é em parte revogado. Vive-se uma fase de degradação institucional no Estado (IPA "a brincar", IPPAR e IGESPAR) e fora dele (a APA após algum fôlego, luta para vencer o desinteresse da classe). A fiscalização está mais flácida e regulamentação cessou. A Arqueologia vive do mercado e é essa a sua única regra. O conceito de Tutela arqueológica degrada-se até à beira da extinção. A Arqueologia Municipal continua a crescer e finalmente há bolsiros de investigação, mestrados e doutorandos em número razoável na área arqueológica. O financiamento estatal da actividade arqueológica de investigação

programada, plurianual cessa e o projecto CIPA entra em agonia. No final da década, a arqueologia nacional espelha a crise global.

Posso estar enganada, mas penso que se a realidade presente não sofrer uma alteração rápida e radical, a Arqueologia portuguesa sofrerá sérios danos com uma inversão das tendências positivas que se verificaram na última década e meia e com graves consequências para o património arqueológico e para actividade arqueológica e consequentemente, para os arqueólogos e empresas de arqueologia. Ou seja, com graves consequências para o interesse público, a sociedade e os cidadãos... Pode demorar, mas um dia o mercado vai reparar que só paga por rotina e que já ninguém lho exige. A sociedade também poderá começar a perguntar-se e a perguntar-nos porque paga tanto pela Arqueologia e recebe tão pouco...

Na minha opinião urge uma revolução! Os arqueólogos, as autarquias e as empresas devem assumir integralmente a actividade arqueológica, mas de uma forma mais exigente, rigorosa e ética. Quem não cumprir os regulamentos, as obrigações legais, tem que se afastar da profissão, com repúdio dos pares. Toda a actividade arqueológica para além de impedir a destruição patrimonial deve visar, sem qualquer equívoco, a produção de conhecimento histórico e como tal deve estar totalmente virada para os cidadãos. A gestão e ordenamento do território têm de integrar de forma mais sistemática e consolidada estratégias de salvaguarda, estudo e valorização do património arqueológico. A investigação tem de assumir uma maior preponderância na actividade arqueológica global e esse é um esforço a desenvolver também pelos arqueólogos individualmente. Os arqueólogos têm de se deixar de "conversa" e de acomodação e assumir a responsabilidade pela regulação das condições de exercício da profissão.

E por fim o Estado. O Estado tem de ter juízo, tem de ter políticos se não competentes pelo menos medianamente inteligentes que percebam as suas responsabilidades. O IGESPAR deve ser extinto, pois não tem qualquer razão de existência para além da Tutela arqueológica, que exerce muito mal. Portanto, deve ser criado um organismo autónomo

com esta função, deixando a salvaguarda dos bens classificados para o plano regional. O organismo de Tutela, dependente do Ministério da Cultura, deve ser exclusivamente dedicado à Arqueologia: inventário, gestão (de excelência e âmbito nacional) de informação e documentação, fiscalização (com a reabilitação das Extensões Regionais), regulação e interlocução com outras tutelas, promovendo a Arqueologia a prática arqueológica como actividade impar de exercício de cidadania. A fiscalização tem de ganhar novo fôlego e maturidade: tem de se acabar com a permissividades e laxismo instalados, senão acaba-se a galinha dos ovos de ouro. O Estado tem ainda de assumir a sua responsabilidade no apoio à investigação científica, que poderá decorrer em vários contextos, mas que necessariamente se terá de incidir sobre o enorme manancial de informação que temos todos retirado da terra e que para esse efeito tem de estar devidamente depositado em estruturas de Reserva com condições para garantir a sua preservação e estudo (espólio: bens arqueológicos móveis, respectivo inventário e demais documentação produzida em campo e gabinete, indispensável ao manuseamento e compreensão da colecção e do seu contexto). As Universidades têm de formar profissionais capazes de encarar a realidade presente e investigadores competentes e habilitados. E têm de investigar mais e assim empurrar a restante classe profissional para parâmetros mais elevados de desempenho e exercício profissional. A sociedade no seu todo está a fazer a sua parte, o Estado e os arqueólogos é que não.

## Bibliografia

- Actas do Primeiro Congresso de Arqueologia Empresarial, 2008 – Lisboa [brochura].
- Almeida, Maria José, 2007 - Inquérito Nacional à Actividade Arqueológica: uma segunda leitura sobre a actividade arqueológica nas autarquias portuguesas. *Praxis Arqueológica*, 2, pp. 129-169.
- Almeida, Maria José, 2007a – A arqueologia para os arqueólogos. *Almadán*, 15, II Série, pp. 101-103.
- Almeida, Maria José, 2008 - Avaliação de Impactes e Património Cultural: que papel para o arqueólogo e para o património arqueológico? *Praxis Arqueológica*, 3, pp. 161-166.
- Almeida, Miguel e Neves, Maria João, 2006 – A arqueologia low-cost. *Almadán*, 14, II Série, pp. 86-91.
- Arnaud, José Morais, 1994 - A componente arqueológica no processo de AIA em Portugal. *Avaliação do Impacte Ambiental: conceitos, procedimentos e aplicações*, Lisboa, CEPGA.
- Arnaud, José Morais, 1997 – Um importante passo... com reservas e dúvidas. *Almadán*, 6, II Série, p. 84.
- Bugalhão, Jacinta, 2002 - Instituto Português de Arqueologia: em processo de extinção, *Almadán*, II Série, 11, pp. 45-48.
- Bugalhão, Jacinta, 2002a - The experience of the Portuguese Institute of Archaeology. ARM and GIS systems applied to archaeological heritage in Mapping the Future of the Past. *Managing the spatial dimension of the European Archeological Resource*. Sevilha: Universidade de Sevilha, pp. 97-99.
- Bugalhão, Jacinta e Lucena, Armando, 2006 - As Novas Tecnologias como Instrumento de Gestão e de Divulgação do Património: o exemplo do Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Encontros Culturais do Baixo Tâmega*. Património. Actas, Baião: Câmara Municipal, p. 175-192.
- Bugalhão, Jacinta, Lucena, Armando, Bragança, Filipa, Neto, Filipa, Sousa, Maria João, Gomes, Sofia, Costa, Joaquim Pinto da, Caldeira, Nuno, Viralhadas, Paulo e Fraga, Tiago, 2002 - Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5:1, Instituto Português de Arqueologia, pp. 277-283.
- Carneiro, Sérgio, 2003 – Caminhando sobre a cauda do dragão. *Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos*, pp. 115-118.
- Correia, Virgílio, 2003 – Um depoimento pessoal(íssimo). *Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos*, pp. 77-83.
- Deus, Manuela de, Barros, Pedro, Bragança, Filipa, Correia, José, Gomes, Ana Sofia, Lourenço, Sandra, Martins, Ana, Melro, Samuel, Neto, Filipa, Pereira, Luís e Zambujo, Gertrudes, 2007- O Estado da Arqueologia em Portugal: uma reflexão interna, *Almadán*, II Série, 15, pp. 104-105.
- Entrevista com Fernando Real Raposo, 1993 -. *Almadán*, II Série, n.º 2, pp. 48-52.
- Gonçalves, Victor dos Santos, 2003 – Virtudes públicas, vícios privados? *Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos*, pp. 109-113.
- Instituto Português de Arqueologia. Entrevista com João Zilhão, 1997 – *Almadán*, 6, II Série, pp. 78-98.
- Jorge, Victor Oliveira, 1997 – Instituto Português de Arqueologia uma prótese temporária do IPPAR? *Almadán*, II Série, 6, p. 90.
- Jorge, Victor Oliveira, 1998 – Instituto Português de Arqueologia (IPA): um projecto para renovar a administração da arqueologia nacional. *Encontros Cem Anos de Arqueologia “O Archeólogo Português” – Actas*. Vila do Conde: APPA-VC, pp. 13-16.
- Jorge, Victor Oliveira, 2000 – As Empresas de Arqueologia vistas por um universitário. *Era, Arqueologia*, 1, pp. 10-13.
- Lago, Miguel, 2000 – Arqueologia ou arqueologias. *Era, Arqueologia*, 1, pp. 18-22.
- Lago, Miguel, 2003 – Profissão: arqueólogo (na transição do milénio). *Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos*, pp. 95-108.
- Lemos, Francisco Sande, 1994 – Cavar em ruínas. *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 95-100.
- Lemos, Francisco Sande, 1997 – Legislação pouco duradoura... à espera de uma nova Lei de Bases do Património Cultural. *Almadán*, II Série, 6, p. 94.
- Lemos, Francisco Sande, 2003 – Arqueologia em Portugal em tempo de crise. *Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos*, pp. 49-55.
- Lemos, Francisco Sande, 2007 – Memórias do Tempo recente... *Almadán*, 15, II Série, pp. 106-109.
- Marques, Teresa, 1994 – Portugal 1993: contextos actuais da prática arqueológica. *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 83-88.
- Marques, Teresa e Costa, João Ribeiro da, 1997 - Endovélico. Um sistema de informação aplicado ao inventário dos sítios arqueológicos portugueses, *Informação Informática*, 19, Ano X, p. 36-44.
- Martins, Ana Margarida Nunes, 2010 – A protecção do património arqueológico: proteger o quê, como e porquê. Reflexões a partir do Direito do Património Cultural e do Ambiente. Trabalho apresentado no âmbito do Curso de Pós-Graduação em Direito da Cultura e do Património Cultural, 2009/2010. Instituto das Ciências Jurídico-Políticas, Faculdade de Direito de Lisboa. <http://www.icj.ppt/artigos-e-trabalhos>
- Mateus, José Eduardo, Moreno-Garcia, Marta, eds., 2003 - Paleoecologia Humana e Arqueociências - Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura (Trabalhos de Arqueologia, 29). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- Neto, Filipa, Caldeira, Nuno, Gomes, Ana Sofia, Bragança, Filipa, 2007 – Sistemas de Informação e Gestão Arqueológica: Endovélico e SIG, *Conhecer o Património de Vila Franca de Xira – Perspectivas de Gestão de Bens Culturais*, Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, pp. 117-124.
- Oosterbek, Luiz, 2003 – Que futuro para as arqueologias profissionais? Nos 10 Anos da APA. *Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos*, pp. 3-12.
- Oosterbek, Luiz, 2007 – (Re)organizar a Arqueologia. *Almadán*, 15, II Série, pp. 75-82.
- Oosterbek, Luiz, 2008 - Gestão da Arqueologia: mudar o paradigma. *Praxis Arqueológica*, 3, pp. 139-144.
- Opinião. *Ordem de Arqueólogos*, 2000 - *Era Arqueologia*, 2, pp. 6-29.
- Parreira, Rui, 2007 – A prática arqueológica enquanto gestão patrimonial. *Almadán*, 15, II Série, pp. 98-100.
- Raposo, Jorge, 1995 – Especial Impactes. *Avaliação de Impacte Ambiental e Património Cultural*. *Almadán*, 4, II Série, pp. 57-86.
- Raposo, Jorge, 1997 – Optimismo justificado? *Almadán*, II Série, 6, p. 96.
- Raposo, Jorge, 2003 - Planos Directores Municipais e Património: inquérito aos PDM's de "1ª geração". *Almadán*, II Série, 12, pp. 82-94.

- Raposo, Jorge, 2005 – Directório de empresas e profissionais de Arqueologia & Património. Almadan, 13, II Série, pp. 89-112.
- Raposo, Luis, 1997a – Arqueologia... falta cumprir o essencial. Almadan, II Série, 6, p. 92.
- Raposo, Luis, 2003a – Passado, presente e futuro da Arqueologia profissional. Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp.57-66.
- Raposo, Luis, 2010 – A arqueologia e impactes ambientais: o beijo da aranha. Cem anos de Património, memória e identidade. Lisboa: IGESPAR, pp. 364-368.
- Real, Fernando C. S., 1995 – A Arqueologia Portuguesa em mapas e números. 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular. Actas, Vol. VIII. [Trabalhos de Arqueologia e Etnologia, Vol. XXXV, Fasc.4]. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. p. 19-40.
- Real, Fernando, 2003 – Profissão de arqueólogo: alguns desafios para o futuro. Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 85-93.
- Silva, António Carlos, 1994 – A crise actual da arqueologia portuguesa face à experiência dos anos 80. Crise de consciência ou crise de consciência? Actas das V Jornadas Arqueológicas, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 89-94.
- Silva, António Carlos, 1995 – Arqueologia preventiva e de salvamento, a ponta do iceberg. Almadan, 4, II Série, pp. 97-100.
- Silva, António Carlos, 1997 – Um mini-IPA secundarizado fruto de uma perigosa estratégia. Almadan, II Série, 6, p. 88.
- Silva, António Carlos, 2002 – Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação do Instituto Português de Arqueologia (1996) – cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico. Arqueologia 2000. Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal [Arqueologia e História, 54]. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 299-316.
- Silva, António Carlos, 2008 – Arqueologia empresarial: questões legais a montante dos “Cadernos de Encargos”. Era, Arqueologia, 8, pp. 14 – 18.
- Silva, António Carlos e Marques, Teresa, 1992 - Criação de um Serviço Nacional de Arqueologia. Almadan, II Série, 1, pp. 44-45.
- Silva, António Carlos e Marques, Teresa, 1992a - Estrutura Oficial da Arqueologia. Almadan, II Série, 1, pp. 32-35.
- Silva, António Manuel S. P., 1993 – Da dependência à dignidade: a urgência de uma Associação Profissional de Arqueólogos. Almadan, II Série, n.º 2, pp. 54-57.
- Silva, António Manuel S. P., 1995a – Impacte Ambiental e Arqueologia, um diálogo indispensável. Almadan, 4, II Série, pp. 94-96.
- Silva, António Manuel, 1997a – IPA... a gestão do património dos pobres. Almadan, 2, II Série, p. 85.
- Silva, António Manuel, 1998 – Arqueologia portuguesa – Do novo Instituto de Arqueologia a uma nova prática arqueológica. Almadan, II Série, 7, pp. 16-17.
- Silva, António Manuel S.P., 1998a - Exercício Profissional e desenvolvimento da arqueologia em Portugal. Encontros Cem Anos de Arqueologia “O Arqueólogo Português” – Actas. Vila do Conde: APPA-VC, pp. 29-36.
- Silva, António Manuel, 1999 - Arqueologia Portuguesa Profissão Sem Renovação? Almadan, II Série, 8, pp. 19-20.
- Silva, António Manuel, 2000 - Arqueologia Portuguesa – A Nossa Arqueologia em 2050, Almadan, II Série, 9, pp. 22-24.
- Silva, António Manuel, 2002a - Arqueologia Portuguesa – Desafios em Tempo de (Nova) Reestruturação, Almadan, II Série, 11, pp. 20-21.
- Silva, António Manuel, 2003 – A APA, a razão e sentido de uma associação profissional. Que Futuro para a Arqueologia Profissional? Porto: Associação Profissional de Arqueólogos, pp. 67-76.
- Silva, António Manuel, 2003a - Arqueologia portuguesa – Ser Arqueólogo, Hoje e Amanhã: sobre a necessidade de avaliação das perspectivas profissionais. Almadan, II Série, 12, pp. 20-21.
- Silva, António Manuel, 2006 - Arqueologia portuguesa – Entre o Acaso e a Necessidade: da insustentável leveza da Arqueologia no Orçamento do Estado. Almadan, II Série, 14, pp. 15-17.
- Silva, António Manuel, 2007 - Arqueologia portuguesa – A Almadan: crónica da Arqueologia portuguesa nos últimos 25 anos... Almadan, II Série, 15, pp. 13-14.
- Silva, António Manuel, 2008a - Arqueologia portuguesa – A Arqueologia Passou de Moda? Almadan, II Série, 16, pp. 17-19
- Silva, António M., Osório, Isabel P., Gomes, Paulo D., Teixeira, Ricardo e Carvalho, Teresa P., 1994 – Bases para a constituição de uma Associação Profissional de Arqueólogos. Actas das V Jornadas Arqueológicas, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 75-82.
- Valera, António Carlos, 2007 – Arqueologia empresarial e produção de conhecimento. Almadan, 15, II Série, pp. 75-82.
- Valera, António Carlos, 2008 - Minimizar em Arqueologia: um novo rumo? Almadan, II Série, 16, pp. 59-64.
- Zilhão, João, 2000 – Arqueologia por Contrato. Era, Arqueologia, 1, pp. 6-9.



# Arqueologia & História